



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE TECNOLOGIA E RECURSOS NATURAIS
PÓS-GRADUAÇÃO EM RECURSOS NATURAIS**



ANTONIO FAGUNDES GOMES DA SILVA

**RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL NO SETOR INDUSTRIAL
CALÇADISTA NA REGIÃO DO CARIRI CEARENSE**

**CAMPINA GRANDE-PB
FEVEREIRO DE 2019**

ANTONIO FAGUNDES GOMES DA SILVA

**RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL NO SETOR INDUSTRIAL
CALÇADISTA NA REGIÃO DO CARIRI CEARENSE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Centro de Tecnologia e Recursos Naturais, da Universidade Federal de Campina Grande, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Recursos Naturais.

Orientador: Prof. Dr. Francisco de Assis Salviano de Souza

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO:

Sociedade e Recursos Naturais

LINHA DE PESQUISA:

Desenvolvimento, Sustentabilidade e Competitividade

CAMPINA GRANDE-PB
FEVEREIRO DE 2019

S586r Silva, Antonio Fagundes Gomes da.
Responsabilidade socioambiental no setor industrial calçadista na região do cariri cearense / Antonio Fagundes Gomes da Silva. – Campina Grande, 2019.
89 f. : il. color.

Dissertação (Mestrado em Recursos Naturais) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Tecnologia e Recursos Naturais, 2019.
"Orientação: Prof. Dr. Francisco de Assis Salviano de Souza".
Referências.

1. Responsabilidade Socioambiental. 2. Indústria Calçadista Cearense. 3. Meio Ambiente. 4. Desenvolvimento Sustentável. I. Souza, Francisco de Assis Salviano de. II. Título.

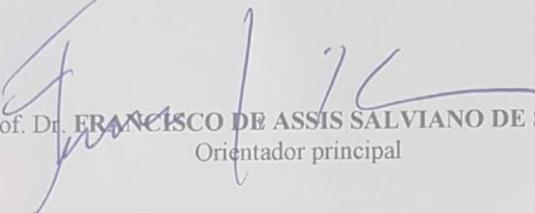
CDU 005.35:502(813.1)(043)

ANTÔNIO FAGUNDES GOMES DA SILVA

“RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL NO SETOR INDUSTRIAL
CALÇADISTA NA REGIÃO DO CARIRI CEARENSE.”

APROVADO (A) EM: 28/02/2019

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. FRANCISCO DE ASSIS SALVIANO DE SOUZA
Orientador principal


Prof.ª Dr.ª MARIA DE FÁTIMA MARTINS
Examinadora


Prof.ª Dr.ª LILIANE GARCÍA DA SILVA
Examinador

Dedico esse trabalho a minha família,
em especial aos meus pais.

AGRADECIMENTOS

A DEUS, por ser minha fortaleza, o meu amparo diário e meu maior mentor.

Aos meus pais, Antonio Gomes da Silva e Maria Bernadete Gomes da Silva, por toda confiança, ensinamentos e principalmente por tudo que foi abdicado para que meus sonhos tornassem realidade.

Aos meus Irmãos, Antonio Jefferson G. da Silva, Maria Samania G. da Silva e Maria Gildete G. da Silva, pelo apoio e incentivos durante minha trajetória.

Aos meus amigos, Ane Caroline, Selton David, Helena de Araújo, Renato de Bozzano, Vanessa Monte e Rosimery Alves, pelo companheirismo, lealdade e por estarem sempre presentes em minha vida.

Ao Prof. Dr. Francisco de Assis Salviano de Sousa, pelas orientações enriquecedoras, pelo comprometimento e pela troca de experiências que levarei para sempre comigo.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Recursos Naturais/PPGRN, da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, por minha formação, em especial as professoras, Dra. Maria de Fátima Martins e Dra. Maria de Fátima Nóbrega Barbosa pela contribuição direta na pesquisa.

A professora Dra. Liliane Garcia da Silva, não só por se disponibilizar a fazer parte de minha banca de defesa, mas por passar a ser uma pessoa presente em minha vida.

Enfim, agradeço a todos que fizeram parte dessa etapa determinante em minha vida.

O que eu faço, é uma gota no meio de um oceano. Mas sem ela, o oceano será menor.
Madre Teresa de Calcutá

RESUMO

A responsabilidade socioambiental visa criar uma harmônica relação entre a sociedade e a empresa, ela passa a conceder meios para que a sociedade se desenvolva, seja nos aspectos sociais propriamente ditos, seja nos aspectos ambientais e até mesmo em termos econômicos. No entanto, apesar das cobranças legislativas, da pressão feita pela sociedade, dos incentivos governamentais, das necessidades e preferências do público e fornecedores, percebe-se ainda que muitas empresas relutam ou desconhecem os sistemas de gestão existentes, além de desconsiderarem a importância do tripé (economia, meio ambiente e sociedade) que envolve todo o sistema, isto é, apesar da busca pelo crescimento econômico que toda organização almeja alcançar, elas desconsideram que existe também a questão social e principalmente a ambiental. Nesta perspectiva, a presente pesquisa objetivou avaliar a Responsabilidade Socioambiental das indústrias do setor calçadistas na conurbação CRAJUBAR, especificamente no setor de solados injetados. A metodologia baseou-se em ferramentas quali/quantitativa a partir de análise exploratória e aplicação de questionário semiestruturado nas empresas do setor em estudo. Posteriormente construiu-se um Índice de Responsabilidade Socioambiental (IRSA), que possibilitou identificar que as empresas do setor apresentaram nível intermediário de responsabilidade socioambiental, isso significa dizer que entre as dimensões analisadas o setor tem muito a avançar, principalmente na preservação ambiental e no desenvolvimento humano.

Palavras-Chave: Meio ambiente; Sociedade; Relações.

ABSTRACT

Socio-environmental responsibility aims to create a harmonious relationship between society and the company, it will provide the means for society to develop, be it in social aspects as such, in environmental aspects and even in economic terms. However, despite legislative charges, pressure from society, government incentives, needs and preferences of the public and suppliers, it is also perceived that many companies are reluctant or unaware of the existing management systems, in addition to disregarding the importance of the tripod (economy, environment and society) that involves the whole system, that is, despite the search for economic growth that every organization aims to achieve, they disregard that there is also the social question, and especially the environmental one. In this perspective, this research aimed to evaluate the Socio-environmental Responsibility of footwear industries in the CRAJUBAR conurbation, specifically in the sector of injected soles. The methodology was based on qualitative / quantitative tools based on exploratory analysis and semistructured questionnaire application in the companies in the sector under study. Subsequently a Social-Environmental Responsibility Index (IRSA) was constructed, which made it possible to identify that the companies in the sector presented an intermediate level of socio-environmental responsibility, that is to say that among the analyzed dimensions the sector has much to advance, mainly in environmental preservation and development human.

Keywords: Environment; Society; Relations.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Externalidades ao processo produtivo	48
Tabela 2 – Vantagens da localização das empresas	49
Tabela 3 – Distribuição relativa da situação das empresas do setor calçadista em relação aos indicadores de Compromisso com a melhoria da qualidade ambiental (CMQA) – CRAJUBAR/CE – 2018.....	54
Tabela 4 – Distribuição relativa da situação das empresas do setor calçadista em relação aos indicadores de Educação e conscientização ambiental (ECAM) – CRAJUBAR/CE – 2018.....	57
Tabela 5 – Distribuição relativa da situação das empresas do setor calçadista em relação aos indicadores de Gerenciamento dos impactos sobre o meio ambiente (GISMA) – CRAJUBAR/CE – 2018.....	60
Tabela 6 – Distribuição relativa da situação das empresas do setor calçadista em relação aos indicadores de Minimização de entradas e saídas (MINIES) –CRAJUBAR/CE 2018.....	62
Tabela 7 – Distribuição relativa da situação das empresas do setor calçadista em relação aos indicadores de Compromisso com a melhoria do ambiente de trabalho (CMAT) CRAJUBAR/CE 2018.....	64
Tabela 8 – Distribuição relativa da situação das empresas do setor calçadista em relação aos indicadores de Compromisso com a responsabilidade social (CRS) – CRAJUBAR/CE – 2018.....	66
Tabela 9 – Distribuição absoluta por classificação no Índice de Avaliação da Responsabilidade Socioambiental CRAJUBAR – 2018.....	68
Tabela 10 – Distribuição individual dos índices para as empresas do CRAJUBAR – 2018.....	69

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Consumo Energético e Crescimento Demográfico.....	19
Quadro 2 – Classificação dos índices por faixa de escores.....	47

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Vetores da Responsabilidade Socioambiental.....	31
Figura 2 – Seleção de matéria-prima (reciclagem)	51
Figura 3 – Peneira/ Moinho.....	51
Figura 4 – Injetoras.....	52
Figura 5 – Produção via esteira.....	53
Figura 6 – Almojarifado/ Expedição	54

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABICALÇADOS** - Associação Brasileira das Indústrias de Calçados
- CMMAD** - Comissão Mundial para o Meio Ambiente
- CMQA** - Compromisso com a Melhoria da Qualidade Ambiental
- CMAT** - Compromisso com a Melhoria do Ambiente de Trabalho
- CRAJUBAR**- Conurbação formada pelos municípios de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha
- CRS** - Compromisso com a responsabilidade Social
- DS** - Desenvolvimento Sustentável
- ECAM** - Educação e Conscientização Ambiental
- FIEC** - Federação das Indústrias do Estado Ceará
- FSM** - Fórum Social Mundial
- GIFE** - Grupo de Institutos e Fundações Empresas
- GISMA** - Gerenciamento dos Impactos sobre o Meio Ambiente
- IBASE** - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
- IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- ISE** - Índice de Sustentabilidade Empresarial
- MINIES** - Minimização de Entradas e Saídas
- OCDE** - Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
- ONGs** – Organizações Não Governamentais
- ONU** – Organização das Nações Unidas
- PIB** - Produto Interno Bruto
- PU** - Poliuretano
- PVC** - Policloreto de Vinila
- RMC** - Região Metropolitana do Cariri
- RSA** - Responsabilidade Socioambiental
- SENAI** - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
- SINDINDÚSTRIA** - Sindicato das Indústrias de Calçados e Vestuário da Região do Cariri
- TR** - Borracha Termoplástica
- WWF** - Word Wildlife Fund

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 RESPONSABILIDADE SOCIAMBIENTAL: ASPECTOS TEÓRICO CONCEITUAIS	17
2.1 Concepções da Crise Ambiental.....	17
2.2 A Responsabilidade Social na Perspectiva do Desenvolvimento Sustentável	21
2.3 Processo Histórico da Responsabilidade Socioambiental.....	24
2.4 Diferentes Concepções da Responsabilidade Social	27
2.5 Responsabilidade Socioambiental: Conceito.....	29
2.6 Indicadores de Responsabilidade Socioambientais e as relações com Stakeholders	34
3 CARACTERIZAÇÃO DO SETOR CALÇADISTA	37
3.1 Aspectos Históricos.....	37
3.2 Breve Contextualização do Setor Calçadista.....	39
3.3 Estrutura do Setor.....	41
4. METODOLOGIA	44
4.1 Área de Estudo.....	44
4.2 Procedimentos Técnicos.....	44
4.3 Coleta dos Dados	45
4.4 Construção do Índice.....	46
5 RESULTADOS	48
5.1 Caracterização do Setor Calçadista da Região Metropolitana do Cariri.....	48
5.1.1 <i>Etapas do processo produtivo</i>	50
5.2 Compromisso com a melhoria da qualidade ambiental (CMQA)	53
5.3 Educação e conscientização ambiental (ECAM)	56
5.4 Gerenciamento dos impactos sobre o meio ambiente (GISMA)	59
5.5 Minimização de entradas e saídas (MINIES)	61
5.6 Compromisso com a melhoria do ambiente de trabalho (CMAT)	63
5.7 Compromisso com a responsabilidade social (CRS)	65
5.8 Índice de Responsabilidade Socioambiental (IRSA)	68
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	71
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	73
8. ANEXOS	84

1 INTRODUÇÃO

O mundo vem passando, nos últimos anos, por profundas transformações de ordem econômica, política e social que, entre outras características, têm influenciado direta e indiretamente o perfil do Estado e das empresas, bem como no relacionamento destas com a sociedade. Dessa forma, as empresas atualmente têm de lidar com uma economia cada vez mais globalizada, como uma proliferação de fontes de informações e tecnologia, um enorme crescimento no porte e no escopo dos negócios internacionais e sinais de crescentes danos ecológicos e desigualdades sociais.

Os efeitos e impactos oriundos dessas mudanças são observados e sentidos mundialmente. São incertezas econômicas, desastres ambientais por todo o planeta e aumento da desigualdade social que cresce significativamente por toda parte. Embora estes elementos apresentem significados diferentes, eles interligam-se entre si e formam o tripé (economia, sociedade e meio ambiente) do desenvolvimento sustentável.

Apesar das cobranças existentes, da pressão exercida pela sociedade, dos incentivos do governo, das necessidades e preferências do público e fornecedores, percebe-se ainda que muitas empresas desconhecem ou ainda resistem pôr em prática ações que respeitem o meio ambiente e desenvolver ações que tenham como objetivo a sustentabilidade. Ainda não são ao menos percebidos, que agir de forma socialmente responsável pode contribuir para o fortalecimento da imagem e assim, garantir sua sobrevivência em um mercado altamente competitivo e globalmente integrado.

Trata-se da necessidade do reconhecimento da Responsabilidade Socioambiental como postura necessária para a organização, no sentido de criar melhoria continuada para a sociedade e o meio ambiente. Para Cabestre (2008), as empresas de todos os segmentos, devem, através de atitudes e boas práticas, oferecer uma melhor qualidade de vida à sociedade da qual está inserida e um uso consciente dos recursos naturais.

Este cenário tem conduzido inúmeros debates sobre o papel dos indivíduos, das empresas e das instituições na promoção de práticas e atitudes que conduzam ao desenvolvimento sustentável. No âmbito das instituições (públicas, privadas ou do terceiro setor) o conceito utilizado é o de responsabilidade social ou responsabilidade socioambiental, visando identificar e estruturar ações para atender as demandas da sociedade (TAVARES, 2012).

O movimento da responsabilidade socioambiental é um processo contínuo e progressivo do desenvolvimento de competências cidadãs, com a assunção de responsabilidades sobre questões sociais e ambientais relacionadas a todos os públicos em interação na sociedade: trabalhadores, consumidores, governo, empresas, investidores e acionistas, organizações da sociedade civil, mercado e concorrentes, comunidade e o próprio meio ambiente, conforme a Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P (BRASIL, 2009).

Percebe-se que no mundo dos negócios e na sociedade, ações de responsabilidade socioambiental são iniciativas relativamente complexas, que envolvem médias e grandes empresas. Estas ações tornam-se efetivas quando envolvem programas institucionais com a utilização de recursos financeiros. Micro e Pequenas Empresas, apesar de não possuírem estruturas e recursos, tendem a atuar em estreita relação com as comunidades onde estão inseridas de maneira informal, e acabam se tornando importantes agentes para a solução de problemas sociais e ambientais.

Para Barros (2013), a primeira limitação para a responsabilidade socioambiental está associada à crescente industrialização, que produz enormes benefícios econômicos, mas também gera significativa quantidade de poluição e continua a consumir, em uma taxa crescente de matérias-primas, recursos naturais e combustíveis fósseis.

É nesse contexto que nasce o Índice de Responsabilidade Socioambiental- IRSA, composto de vários indicadores e responsável por mensurar as problemáticas sociais e ambientais em diversos setores e regiões, como o setor industrial calçadista da conurbação CRAJUBAR, Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha, objeto de estudo do presente trabalho.

O CRAJUBAR é uma conurbação de destaque na economia do Estado do Ceará, com Produto Interno Bruto de R\$ 3,26 bilhões (IPECE, 2017), resultado das atividades econômicas que são, basicamente, voltadas ao turismo religioso, bem como o setor calçadista, que para o ano de 2017, representou 20,11% do total de empresas industriais da região, além de 47,66% dos empregos e, 41,41% da massa salarial gerada pela indústria (RAIS, 2017). Essa representatividade economia justifica a necessidade de análise quanto a responsabilidade de atuação do setor e por esse motivo foi escolhido como alvo da pesquisa.

Nesta perspectiva, questiona-se qual a responsabilidade socioambiental das indústrias do setor calçadista da conurbação CRAJUBAR?

A presente pesquisa objetiva assim, avaliar a Responsabilidade Socioambiental das indústrias do setor calçadistas na conurbação CRAJUBAR; especificamente, pretende-se

apresentar o modelo de Índice de Responsabilidade Socioambiental IRSA; Mensurar os Índices que compõem o IRSA do setor calçadistas industrial na região CRAJUBAR e Discutir o Índice geral de Responsabilidade Socioambiental do setor calçadistas industrial na região CRAJUBAR.

Para alcançar os objetivos aqui propostos, foi utilizado como ferramenta metodológica, a aplicação de questionário às empresas do setor. Posteriormente, os dados foram tratados de acordo com cada tema e indicador, seguido da construção do Índice de Responsabilidade Socioambiental (IRSA), composto pelas seguintes dimensões: Compromisso com a melhoria da qualidade ambiental (CQMA); Educação e conscientização ambiental (ECAM); Gerenciamento dos impactos sobre o meio ambiente (GISMA); Minimização de entradas e saídas (MINIES) e Compromisso com a melhoria do ambiente de trabalho (CMAT).

A presente dissertação está estruturada em 6 pontos. O primeiro corresponde a esta introdução. No segundo, abordar-se-á a responsabilidade socioambiental, apresentando sua trajetória de construção conceitual. O terceiro tem como tema a caracterização do setor calçadista em uma perspectiva histórica tanto em escala nacional quanto local. No quarto, estão descritos os aspectos metodológicos da pesquisa, bem como, os procedimentos adotados na construção do índice de responsabilidade socioambiental. No quinto são analisados os resultados da pesquisa de campo, e o último apresenta as considerações finais da pesquisa.

2 RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL: ASPECTOS TEÓRICO E CONCEITUAIS

Esta sessão reserva-se para a compreensão dos principais conceitos abordados na presente pesquisa. Trata-se inicialmente de um contexto contemporânea acerca da Crise Ambiente, com a finalidade de entender a necessidade da Responsabilidade Social na Perspectiva do Desenvolvimento Sustentável e de suas principais concepções no processo histórico da Responsabilidade Socioambiental.

2.1 Concepções da crise ambiental

A crise ambiental presente nos dias de hoje, procede da relação sociedade/natureza dentro do sistema capitalista, marcado pelo uso predatório dos recursos naturais e relações assentadas na exploração do homem pelo homem. Dentre as falhas desse sistema, encontram-se duas situações delicadas que fragilizam a estrutura de seu funcionamento. O elevado nível de pobreza nos países periféricos, agravada pela alta concentração de renda, estampam parte dessa conjuntura. A situação pode ser explicada pelo fato de boa parte desses países estarem entregues ao livre-arbítrio dos mercados e sua lógica global, motivados pela necessidade de retomadas de seu crescimento. O outro lado configura uma crise ambiental movida pelo “próprio modelo econômico sucateado de produtos e esbanjador de energia” (DUPAS, 2008, P.21)

Os problemas ambientais provocados pelo sistema econômico dominante, baseado na acumulação de capital e na busca rápida do aumento do lucro, só passa a ser reconhecida a partir da década de 70. Desde então, alguns autores e a sociedade civil em geral, voltam se para a crise ambiental, com o intuito de compreendê-la e assim diligenciar ações alternativas que pautem na solução do problema (PINTO; ZACARIAS, 2009).

Na visão que cerne os reformistas, a crise ambiental está ligada principalmente aos desperdícios de matéria e energia, limites de exploração dos recursos naturais, excesso populacional e ao elevado padrão de produção e o consumo per capita. (Pinto; Zacarias, 2009). Nesse ponto de vista, a crise está alicerçada na dificuldade de estabelecer uma harmonia entre o desenvolvimento e a preservação ambiental. Para Gonçalves (2014), a crise está associada à apropriação da natureza e domínio de seus recursos, ou melhor, a lógica do

desenvolvimento é encontrada na desigualdade oriunda da produção e acumulação pertencente a uma minoria, refletida na penúria e no subdesenvolvimento.

No campo dos pensamentos conservacionistas, a crise ambiental é decorrente, sobretudo do aumento populacional, sendo este fato, um dos principais dirigentes dos males contemporâneos: desertificação, fome, esgotamento de recursos, degradação do ambiente, entre outros (ZACARIAS, 2012).

O debate sobre os aspectos demográficos e escassez dos recursos teve seus primeiros ensaios na teoria de Thomas Robert Malthus (1766-1834). Nas hipóteses Malthusiana, a população mundial, se não controlada, tenderia a crescer em uma “progressão geométrica”, enquanto a produção de alimentos se daria em uma “progressão aritmética”. (MATIAS; MATIAS, 2009).

As críticas recaídas sobre a teoria de Malthus denominavam sua tese apocalíptica perante a realidade. Não muito distante, as revoluções agrícolas posteriores a esta formulação, impugnam na prática, os argumentos Malthusiano. Segundo Foster (2005), uma questão levantada por Engels no “Esboço de uma crítica da economia política”, é de que Malthus desconsiderava toda capacidade de progresso rápido e contínuo no cultivo das terras e na criação de animais pelo homem, assim como toda possibilidade de progresso social. (MATIAS; MATIAS, 2009).

Apesar da fragilidade de suas formulações, as ideias de Malthus foram publicadas por quase dois séculos, estando presentes nos debates referentes ao desenvolvimento, subdesenvolvimento, demografia e questões ambientais. A teoria revisada na década de 1970 compreendeu aos neomalthusianos o excesso populacional como impasse para o desenvolvimento. Segundo estes, uma parcela da população seria formada por pessoas improdutivas, os recursos destinados para o sustento desses indivíduos deveriam ser empregados no processo de produção, que por sua vez, seria possível alcançar com mais eficiência o progresso econômico nos países. (RODRIGUES, 2011). Os efeitos da publicação desses pensamentos refletiram em maior preocupação no controle de natalidade nos países subdesenvolvidos e exigências no planejamento familiar solicitados pelo Banco mundial e o Fundo Monetário Internacional. (ZACARIAS, 2012).

Assim como a teoria Malthusiana, a ideologia reformista relaciona o crescimento da população aos problemas ambientais vigentes, devido à escassez de recursos, o planeta não teria como comportar um número de pessoas, já considerado, em excesso. Entretanto, os países com menores taxas em crescimento demográfico apresentam um maior consumo

energético por habitante se comparado aos países com maiores taxas de crescimento demográfico. O Quadro 01 valida a fragilidade dos argumentos reformistas/liberais segundo a visão crítica.

Quadro 01 -Consumo Energético e Crescimento Demográfico

Áreas	Consumo energético por habitante (1985),em TEP	Crescimento demográfico 1985/2020
Canadá	9,0	0,8
Estados Unidos	7,5	0,7
Norte da Europa	5,4	0,2
Austrália e Nova Zelândia	4,8	1,0
Japão	3,0	0,7
América Latina	1,0	2,2
África	0,4	3,0

Fonte: (FOLADORI, 2001a)

A relação entre crescimento demográfico e recursos escassos, a partir dos dados citados, evidencia, segundo Foladori (2001), que não existe vínculo dessas particularidades com a degradação ambiental. Segundo o autor, também é importante salientar que o crescimento demográfico ainda pode ter impactos sobre o meio ambiente, mas para isso, seria necessária uma avaliação de diversas variáveis agregadas a este fator, como por exemplo, a distribuição dessa massa no planeta e o padrão de consumo dessa população. Para tanto, seria inviável, a partir da análise, comparar crescimento populacional e finitude de recursos, sendo esta uma causa para a crise ambiental.

Fundamentado no mesmo entendimento, diversos estudo, por exemplo, o Relatório planeta vivo produzido pela WWF (Word Wildlife Fund) em 2008 – divulgaram nos últimos anos, relatórios que projetam o consumo populacional incompatível com a produção global. Tendo em vista que maior parte desse consumo é direcionada a uma pequena parcela da população mundial, utilizando quase 80% de todos os recursos e energia (ZACARIAS; PINTO, 2009).

Em contrapartida, perante as discussões sobre a desigualdade no consumo, são abertas questões não abordadas nos modelos de produção e consumo dos últimos estudos, e passa-se a enfatizar os fins pelos quais esses recursos estão sendo utilizados. (ZACARIAS; PINTO, 2009). Isto é, “são eles usados para produzir o quê? Para quem? Na satisfação de quais interesses? Para produzir tanques ou arados? Para servir à especulação fundiária ou para produzir alimentos? Para assegurar uma vida digna às maiorias? ” (ACSERALD; MELLO; BEZERRA, 2009, p. 28).

Para Foladori (2001) o problema da crise não está relacionado estritamente na finitude dos recursos naturais, haja vista, que as limitações dos meios, são características da própria vida. Para o autor, o problema encontra-se na velocidade as quais esses bens estão sendo utilizados. “Ritmo e utilidade, mostram que os limites físicos ao desenvolvimento humano dizem respeito primeiro a como se produzem e se consomem os recursos, isto é, aos ‘limites’ humanos, acima dos físicos” (FOLADORI, 2001).

Já para pensadores denominados “liberais”, os problemas ambientais expandem a partir de um estilo de desenvolvimento considerado insustentável. Diante deste entendimento, surge a necessidade de adoção de um novo modelo de desenvolvimento. A implantação desse novo tipo de desenvolvimento defende ações reformistas da chamada modernização ecológica, destinadas a promover ganhos de eficiência e incitação de mercados (ZACARIAS; PINTO, 2009).

As alternativas propostas na perspectiva Reformista conferem aos mercados a capacidade de resolver a degradação ambiental, a partir da utilização de tecnologias consideradas “limpas”. Nessa perspectiva, acredita-se na tecnologia aliada a um trabalho educativo social, como desenlace para os problemas ambientais. Para tanto, defende-se que o capitalismo pode ser “reformado”, atingindo o que poderíamos chamar de capitalismo verde, onde o respeito para com o meio ambiente estaria aliado às condutas do sistema capitalista e todo seu processo produtivo (ZACARIAS, 2012).

Não obstante, as convicções difundidas pelos reformistas/liberais são em seu todo, questionada devido às limitações de suas críticas. Para Löwy (2008, p. 80), “soluções que aceitam as regras do jogo capitalista, que aceitam a lógica de expansão infinita do capital, não são soluções, pois são incapazes de responder os desafios dessa crise”. A lógica do capitalismo está baseada simplesmente na corrida pelo lucro rápido, maior rentabilidade e na concorrência avassaladora, portanto, o sistema é conivente com a destruição ambiental e fomentador da catastrófica mudança climática. De acordo com o autor, as soluções

apresentadas pelo chamado capitalismo verde, como o carro elétrico e energia atômica, são meras ilusões. Até hoje não foi apresentado por esse sistema solução eficaz que ao menos minimizasse os efeitos da crise (LÖWY, 2008).

Ainda na visão de Foladori (2011) os limites físicos considerados na argumentação reformista expõem os problemas ambientais como simplesmente “técnicos”. É importante salientar, que o autor não discorda da existência de problemas intrínsecos entre sociedade e natureza, contudo, essa temática deve ser encarada como fruto das formas de produção e organização social e não fora dos limites do sistema de relações sociais e /ou modo de produção, assim como é analisado pela ótica liberal. Além do mais, para esta, as tecnologias, considerando seus impactos no meio ambiente, são consideradas neutras e não como resultado das relações sociais.

A busca incessante pelo crescimento do capital sempre esteve edificada na redução de taxas do valor de uso das mercadorias. Essa tendência tem sido um dos meios pelo qual o capital conseguiu se constituir de forma imponente no curso de seu desenvolvimento. “Pode-se dizer que isso só foi possível, pois, nesse sistema, o vínculo entre o uso e a produção foi rompido, impondo a implacável submissão da necessidade humana à necessidade alienante do capital” (ZACARIAS, 2011, p, 12).

Neste contexto, as tentativas para conciliar capital e natureza implicam ações que visam reduzir os efeitos da crise ambiental para o alcance do desenvolvimento sustentável. Para isto, instrumentos econômicos são incorporados dentro de instituições de modo a incluir em seus custos, aspectos ambientais que influencie o comportamento das atividades poluidoras. Diante disso, as próximas sessões compreendem a Responsabilidade Socioambiental como estratégia que englobam ações empresariais dentro dos fundamentos do desenvolvimento sustentável.

2.2 A responsabilidade social na perspectiva do desenvolvimento sustentável

O conceito de desenvolvimento sustentável (DS) surge como sendo uma nova matriz discursiva e interdisciplinar no campo das ideias. Assim sendo, revela-se como resultado das contradições apresentadas pela experiência prática do processo de desenvolvimento econômico, que como tal, constitui-se como ponto de inflexão no diálogo entre desenvolvimento e meio ambiente com a introdução de dimensões de caráter social e ambiental no conceito de desenvolvimento econômico (CASTELO-BRANCO, 2010).

Esse termo foi apresentado no Relatório Bruntland (Nosso Futuro Comum), publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, em 1972. O qual trouxe em seu escopo a necessidade de se adotar uma abordagem diferente em relação ao meio ambiente, de forma que não afete a capacidade das gerações futuras satisfazerem suas necessidades (NOSSO FUTURO COMUM, 1991).

A ideia principal é possibilitar a humanidade, tanto do presente quanto do futuro, alcançar um nível considerável de desenvolvimento econômico, social e cultural, paralelamente com o uso ponderado dos recursos e preservação do meio natural. É a tentativa de encontrar uma terceira linha de pensamento oposta aos chamados desenvolvimentistas, que defendiam o crescimento econômico, sobretudo nos países periféricos, sem levar em consideração os riscos derivados do mau uso dos recursos naturais, atribuindo a tecnologia como ferramenta capaz de estancar a crise ambiental. E, dos defensores do crescimento zero (zeristas), derivados das concepções neomalthusianas, esses atentavam para o esgotamento dos recursos naturais caso a ascensão econômica que sucedeu a Segunda Guerra mundial não fosse barrada (ROMERO, 2012).

As discussões entre essas duas correntes foram acentuadas com a publicação do relatório Limites do Crescimento (The Limits to Growth, 1971) que assim como a primeira edição do Ensaio sobre o Princípio da População, de Thomas Robert Malthus (1798), trouxe em seu conteúdo um panorama pessimista sobre o processo acelerado de industrialização permeado no contexto global. O estudo sublinhou que o crescimento exponencial da indústria ocorria mais rápido que o crescimento da população, uma vez que também, as taxas de natalidade eram superiores as de mortalidade. Essa dinâmica do crescimento industrial e populacional, em determinado momento iria colidir com o esgotamento de recursos naturais, principalmente os não-renováveis (água, terras produtivas, conseqüentemente alimentos, metais, entre outros). A repercussão dos dados desse relatório deve-se basicamente, a projeção dramática de trinta anos para o fim da existência de alguns bens naturais. Ainda assim, apesar dos fortes críticos aos “limites do crescimento”, segundo Celso Furtado, atuou como mecanismo para disseminar os debates sobre “equilíbrio” e “futuro” para um âmbito internacional, além de emergir os debates sobre os problemas encoberto no processo de desenvolvimento econômico (OLIVEIRA, 2012).

Diferentemente do que expunha no “Limites do Crescimento”, o Relatório Bruntland trouxe uma perspectiva otimista quanto ao aumento da produção, atestando que cada país seria instruído para adaptar suas atividades de acordo com a capacidade do planeta, a partir

de estratégia de desenvolvimento compatível com suas políticas (OLIVEIRA, 2012). Além de apontar as diretrizes do desenvolvimento sustentável, como medida para conciliar os interesses e solucionar problemas de duas extremidades, que se diferenciam quanto os fortes danos ambientais nas regiões que empregam a produção industrial como coeficiente para o desenvolvimento e, a carência de qualidade de vida das nações em desenvolvimento (GUERRA, 2012). Para isto, o processo de desenvolvimento deveria ser atrelado à precaução de uso dos recursos e conservação da natureza, de modo que o bem-estar social seja perdurado para próximas gerações (CMMAD, 1988).

É em meio a todos esses debates que o conceito de Desenvolvimento Sustentável se firma como via direta, para que a, exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizem e reforcem o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas enquanto subjetividade individual e coletiva (CMMAD, 1988).

Em conformidade com Sachs (2004), não existe um método padrão que conduza os países a chegarem ao desenvolvimento sustentável, é dirigido a cada um, elaborar suas metas de acordo com as oportunidades e dificuldades que são encontradas nos esforços para conciliar as necessidades ecológicas, econômicas e sociais. Isto é, as complexidades primárias das regiões em desenvolvimento são inteiramente diferentes das desenvolvidas, para umas, as dificuldades se assenta na pobreza, enquanto para outras, denota problemas ambientais originados pelo consumo e produção exacerbados. De acordo com Souza (2016), deve haver um alinhamento dessas localidades, por meio de cooperação e comprometimento internacional, para que um dos principais objetivos, a melhoria na qualidade de vida em escala global, seja atingida. Sem essas interações construídas através do diálogo transparente, não será viável a promoção do Desenvolvimento Sustentável.

Em conformidade com Oliveira (2007) é nessa lógica de local/regional que é necessário desconsiderar algumas imposições globais que tentam homogeneizar as diferentes sociedades, que indiscutivelmente carregam consigo diferentes histórias no seu processo de civilização, cultural, político e econômico. Desta forma, seria inconcebível aterse o DS como um empreendimento unificado global, mesmo porque, considerar o processo de desenvolvimento já estabelecido dos países centrais, seria validar o pensamento de que o crescimento industrial econômico, por si só, gera bem-estar social.

É em meio a esse cenário de crescimento industrial que é necessária maior participação dos atores (poder público, privado e sociedade civil), para uma melhor

efetivação do desenvolvimento pautado na sustentabilidade. Questiona-se assim, a partir do princípio da responsabilidade ambiental, o papel do mercado empresarial como defesa efetiva e concreta na preservação ambiental e proteção da vida humana, temática esta que será melhor desenvolvida no tópico a seguir.

2.3 Processo histórico da Responsabilidade Socioambiental

As primeiras publicações sobre Responsabilidade Social surgiram na Europa em 1899, mais precisamente na França, quando Andrew Carnegie fundador do Conglomerado U.S. Steel Corporation publicou o livro intitulado “O Evangelho da Riqueza”, que estabelecia uma abordagem clássica da responsabilidade social baseada nos conceitos paternalistas de caridade e zelo apoiada em bases filantrópicas. Nessa época a responsabilidade social se restringia ao apoio aos menos favorecidos financeiramente e doações a comunidade, seguida de forma individual e praticamente voluntária. Para alguns autores essas ações marcam o que denominaram de “pré-responsabilidade social”, isso porque, não se tinha um gerenciamento adequado, nem tão pouco planejamentos para tais atitudes (SILVA, 2009).

Em 1953, com o livro *Social responsibilities of the businessme* (Responsabilidades sociais dos homens de negócios), escrito por Howard Bowen, o tema passou a ter maior destaque e definição quanto aos princípios que integram o conceito de responsabilidade social. No estudo, o autor interroga, quais seriam as responsabilidades dos homens de negócios em meio à sociedade, e defende que as empresas devem ter o devido conhecimento dos efeitos que suas atividades exercem sobre o local em que estão instaladas (DIAS, 2012).

Ainda nos anos de 1960, segundo Alves e Manãs (2009), o surgimento de empresas multinacionais, principalmente na Europa, ocasionou mudanças significativas na forma de atuação, planejamento e estratégias das empresas, na expectativa de aumentar a produção e, portanto, seus rendimentos. Desde então, o comportamento assentado na exploração de trabalho, implicou reivindicações da sociedade civil, mas principalmente de classes operárias e ativista que instituíam às empresas a responsabilidade de gerir melhores condições de trabalho e diligências com a natureza. As contínuas transformações no âmbito global, posteriores, permitiram que alguns autores ampliassem o escopo do conceito de responsabilidade social para atender holisticamente a conjuntura socioambiental. Neste contexto, as reivindicações por ética, proteção ao meio ambiente, assim como, o bem-estar

dos colaboradores, marcou o momento em que a sociedade constituía uma nova forma de relação com as empresas.

Para aproximar a responsabilidade social com as atividades das empresas, era necessário harmonizar o desalinhamento entre os interesses econômicos e sociais. As tentativas de conciliação trouxeram o conceito de RS para um campo de observações mais concretas, passando a focar nos possíveis resultados administrativos com a aplicação desse procedimento. (BATTAGELLO, 2013). Esses debates que acontecem nos anos de 1970 abriram espaço para que Harold Johnson apresentasse quatro concepções acerca de Responsabilidade Social: a primeira foi intitulada como “sabedoria convencional”, que firmava a ideia de que a empresa deveria estar inserida nos interesses de todos aqueles que são envolvidos diretamente ou indiretamente em seus projetos de negócios, sejam eles funcionários, colaboradores, fornecedores e toda população que façam parte das atividades organizacionais. A segunda concepção baseia-se na harmonia entre o lucro e a responsabilidade social. No terceiro ponto, as organizações não devem ser criadas somente para atender seus próprios interesses, considerando que toda instituição depende da sociedade para alcançar seus objetivos, essa deve ser “compensada” por mecanismos que desenvolvam o bem-estar coletivo dentro e fora das empresas. No quarto ponto, o autor compreende que, as motivações e o entusiasmo de aumentar a lucratividade devem reincidir nas ações sociais (ALVES; MANÃS, 2009).

De acordo com Souza (2003), com o acelerado processo de globalização, as novas tecnologias passaram a ser um dos principais investimentos das empresas que objetivavam conseguir melhores resultados na produção de bens e serviços, e por fim, expandir seu trabalho para o mercado internacional. Por conseguinte, o perfil de funcionários foi alterado com o propósito de atender esses interesses. As empresas buscavam na mão de obra qualificada, um papel determinante na diferenciação e qualidade de suas mercadorias, os trabalhadores que não se encaixavam nesse perfil estavam sujeitos aos baixos salários e as condições precárias de emprego.

“Paradoxalmente, a globalização que trouxe tanto poder de mercado às empresas, também as tornou vítimas do próprio benefício” (SOUZA, 2010). Com a ampliação do mercado produtor, as Sociedades Internacionais passaram a ter maior interesse sobre as condições do processo de produção de cada mercadoria, ao passo em que movimentos defensores dos direitos trabalhistas e do meio ambiente ganhavam forças.

Com a crise do petróleo desenvolvida na década de 1980, juntamente com o processo de desestatização da economia na Inglaterra, culminou para que as empresas tivessem maior participação nas obrigações sociais, já que o Estado nessa época desamparou setores importantes, como energia e telecomunicação.

Nos anos de 1990 o mundo do trabalho passou por transformações intensas no contexto social, foram presenciadas mudanças como: globalização da economia, instabilidade social, político-econômica, enxugamento das grandes organizações, flexibilização, fusões e aquisições de empresas, desemprego, enfraquecimento dos sindicatos e degradação das condições de trabalho. A repartição do capital intensivo e o mundo do trabalho enfraquecido gerou conseqüentemente a informalidade, desemprego, terceirização e subcontratação.

Em meio a essa fase turbulenta, o surgimento de Programas de Qualidade técnica de administração multidisciplinar e Reengenharia (sistema estratégico de reestruturação organizacional) marcaram uma época em que as empresas buscavam internacionalizar seus negócios e ampliar seu mercado consumidor, tendo em vista as dimensões da responsabilidade social totalmente em função do lucro (CARVALHO, 2002).

A quebra de fronteiras entre países permitiu que as empresas tivessem maior poder de decisão quanto sua forma de produzir. As interações entre países provocaram o acesso a novas tecnologias, geração de emprego e renda para várias localidades. Entretanto, esses avanços sistematicamente foram esboçados sobre os baixos padrões ambientais e trabalhistas de alguns países, que facilitaram a produção de mercadorias a menores custos, tornando-as mais competitivas. (SOUZA, 2010). Isto é, o crescimento do mercado não foi acompanhado por regulamentações definitivas que abrangessem em âmbito global, as sociedades das irresponsabilidades das empresas.

Não obstante, existem algumas iniciativas que objetivam promover a responsabilidade social e ambiental nas instituições, tais como: O Pacto Global: que defende princípios derivados da Declaração Universal de Direitos Humanos, da Declaração da Organização Internacional do Trabalho, da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção. (OLIVEIRA, 2008). A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE: entidade intergovernamental, onde o principal objetivo é promover políticas direcionadas ao desenvolvimento econômico e ao bem-estar social da coletividade (FERREIRA, 2011), e o

Fórum Social Mundial – FSM: encontro entre ONGs, comunidade Civil e movimentos Sociais, que lutam contra o neoliberalismo, imperialismo e principalmente as desigualdades provocadas pela Globalização (WHITAKER, 2000).

2.4. Diferentes concepções da responsabilidade social

Seguindo a linha de pensamento, a crítica contundente de Milton Friedman em 1962 propagou as discussões sobre a Responsabilidade Social para outros campos de pensamentos opostos. Para este, o principal objetivo das empresas dentro de uma economia de mercado é maximizar seus lucros. Friedman assume uma posição “tradicional” baseado nas concepções de Levitt, onde destaca como função da empresa o único propósito de elevar os lucros e dividendos para os acionistas. Dentro do campo econômico, algum investimento voltado para as questões sociais — seja do tipo, interno ou externo, empregados, social ou ambiental— seria uma forma de prejudicar os acionistas e reduzir os ganhos corporativos. Samuelson, em sua reflexão, corrobora as ideias de Friedman completando que, apenas as empresas monopolistas têm poder de desenvolver programas sociais. Somente estas que tem domínio total de mercado, estaria em condições de transferir gastos para o consumidor sem alterar rendimentos. Para as demais, a adoção da Responsabilidade Social seria um ato “Irresponsável” em termos empresariais (GUIMARÃES, 1984).

Oposta a esse pensamento, existem uma forte corrente que defende os benefícios sociais acima dos benefícios econômicos. Esse modelo atua com a premissa de que todos os benefícios econômicos das empresas privadas devem ser compartilhados. Já uma terceira posição, denominados “progressistas”, defendem a união dos dois pensamentos citados. Para estes, a busca pelo crescimento do lucro é totalmente aceita, contudo, é necessário que se tenha agregado uma postura social. Para este campo de pensamento existe uma legião crescente de adeptos (GUIMARÃES, 1984).

Aderente ao último raciocínio, Keith Davis (1978) destaca cinco posicionamentos que percorre de forma generalizada pelos integrantes da concepção progressista. A primeira sugere que as decisões sociais, não podem ser tomadas meramente com bases nos fatores econômicos, portanto, é necessário que as decisões organizacionais estejam em conformidades com os interesses sociais. Esta visão parte do pressuposto de que as empresas usufruem de grande quantidade de recursos da sociedade, nesse sentido, espera-se que esses recursos sejam utilizados de forma conjunta em favor da coletividade.

A segunda questão destaca que, os resultados das práticas sociais devem ser difundidos da mesma forma que são divulgados os dados econômicos. A ideia é que se tenha em toda organização um balanço social dentro dos moldes do balanço contábil. O objetivo dessa prática é divulgar as ações que estão sendo promovidas pelas organizações e por fim, destacar o nível de relação com a comunidade.

O terceiro ponto remete que, “os custos sociais, tanto quanto os benefícios de uma atividade, produto ou serviço devem ser exaustivamente considerados antes de se optar ou não por ele” (GUIMARÃES, p. 216, 1984). É necessário que os efeitos sociais sejam considerados conjuntamente com a viabilidade técnica e efeitos econômicos na tomada de decisão. Dependendo do tamanho dos impactos sobre a sociedade, as partes afetadas deverão ser consideradas nas decisões.

Ainda seguindo os princípios que norteiam os pensamentos progressistas, cabe ao quarto ponto, a responsabilidade de pagamento dos custos social destinada somente aos usuários dos recursos sociais. A sociedade de nenhuma forma deve ser atribuída aos custos que não lhe compete.

Embora as instituições não sejam incumbidas a resolverem todos os problemas que assolam a comunidade, devem na medida do possível prestar assistência, apresentando soluções que possam minimizar os problemas (GUIMARÃES, 1984). Essa última colocação caracteriza-se como o quinto ponto da discussão. Assim de acordo com o pensamento de Keith Davis, dentro das responsabilidades das empresas cabe o papel de identificar os problemas sociais e buscar alternativas para reparar danos.

Em meio às diferentes concepções abordadas sobre a responsabilidade social, a temática descrita pela ótica progressista, hoje mais se assemelha aos conceitos, que apesar de bastante discutidos, ainda representam controvérsia quanto a sua definição, mas que de forma geral retrata a RSA, como um modelo que vai além dos princípios filantrópicos e que objetivam associar a atuação econômica com a satisfação da coletividade (FERREIRA; GUERRA, 2012).

Existem em nível nacional diversas ações promovidas por diferentes atores sociais, com a finalidade de impulsionar o compromisso social no entorno empresarial. Desta forma, destacam-se algumas das mais importantes iniciativas brasileiras propulsoras da Responsabilidade Social, a saber:

- Instituto Ethos — criado em 1998, o instituto parte da missão de sensibilizar e orientar as empresas a administrar seus negócios de forma socialmente responsável. A instituição passou a ser reconhecida internacionalmente após elaborar um conjunto de indicadores que compreendia as empresas a trabalharem sob os fundamentos da responsabilidade social. Após a criação do Instituto, outras entidades na mesma linha de atuação foram desenvolvidas como o Grupo de Institutos e Fundações Empresas (GIFE), o Pensamento Nacional de Bases Empresariais e o Observatório Brasileiro da Desigualdade. (SOUZA, 2010)
- Índice de Empresas Sustentáveis da BM&Fbovespa — A Bolsa Brasileira de Mercadorias, seguindo a tendência dos investidores na busca de empresas socialmente responsáveis para aplicar seus recursos, elaborou um quadro de ações que fosse um referencial para os investimentos socialmente responsáveis, o ISE - Índice de Sustentabilidade Empresarial. O ISE foi desenvolvido pela, até então, Bolsa de Valores de São Paulo, coligada a entidades ligadas ao setor empresarial e financeiro, juntamente com o Ministério do Meio Ambiente e a Fundação Getúlio Vargas (Oliveira, 2008).
- Balanço Social do IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas) — Lançado nos anos de 1990, o IBASE tomou como principal função construir vínculos mais fortes entre empresas, sociedade e meio ambiente. As linhas do Instituto são traçadas nos direitos da cidadania, a democracia e a sustentabilidade socioambiental como suas agendas, é o rumo que orienta o Ibase desde a sua fundação (IBASE, 2015).

2.5 Responsabilidade Socioambiental: Conceito

Nos princípios que norteiam a sustentabilidade não se pode separar as questões sociais das questões ambientais. Com base nesse pensamento, uma organização ecologicamente sustentável é, portanto, da mesma forma, uma organização socialmente responsável. Levando em consideração, que estas empresas atuem de forma a atender os interesses de todos aqueles que afetam ou são afetados por suas atividades (SOUZA, 2010).

Morcerf (2005) afirma ser a Responsabilidade Social uma nova forma de gestão empresarial, que permeie, em linhas gerais, uma gestão mais ética e transparente, fincada em princípios e valores que estimulam mecanismos de diálogo com todos os públicos envolvidos, interessados e afetados (*stakeholders*¹) pela gestão, visando acrescentar, ao negócio da empresa, as expectativas de todas as partes interessadas ou impactadas pela sua atuação. Assim sendo, concebe-se a responsabilidade social como um conjunto de ferramentas de gestão utilizado pelas organizações com o cunho de colaborar para a elaboração e implantação de uma estratégia empresarial mais sustentável, economicamente correta e ambientalmente mais equilibrada.

Segundo Ashley (2002, p.6), o conceito de Responsabilidade Social, pode ser definida como a acuidade e compromisso que uma organização precisa ter para com [...]

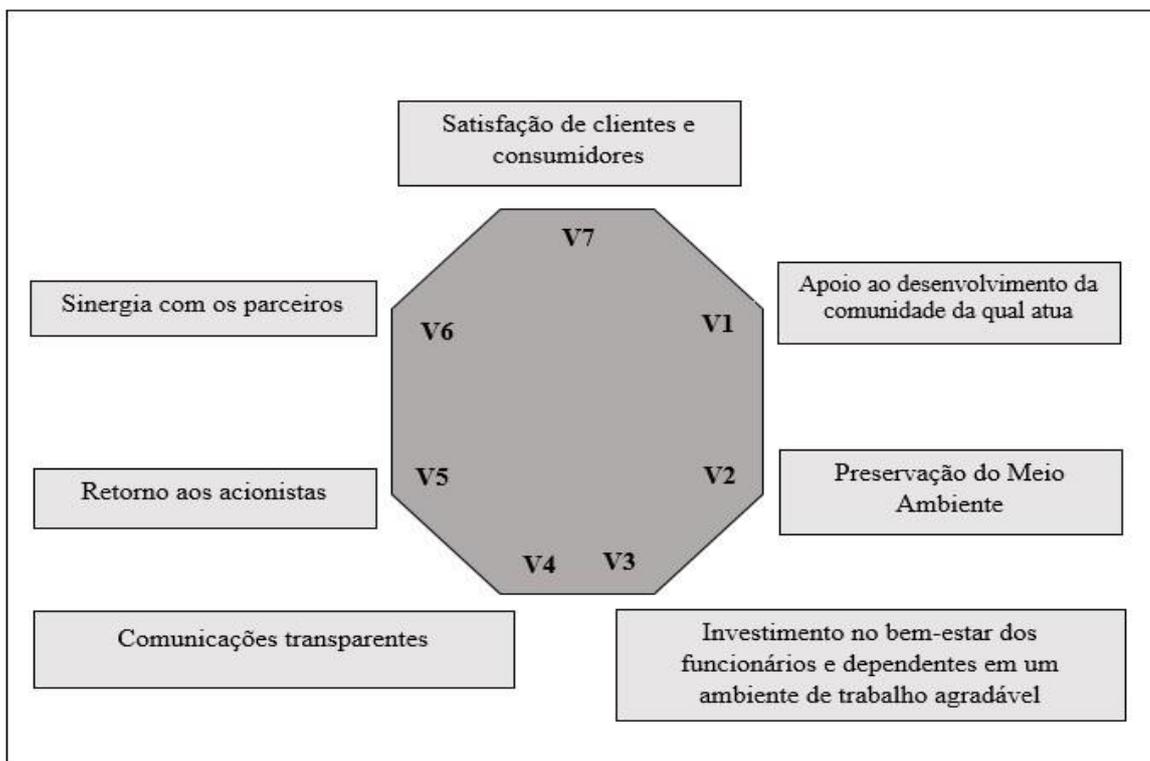
a sociedade, expresso por meio de atitudes que a afetem positivamente, de modo amplo, ou a alguma comunidade, de modo específico, agindo proativamente e coerentemente no que tange a seu papel específico na sociedade e a sua prestação de contas para com ela.

De acordo com os autores, os pilares de crescimento da empresa devem estar amparados além do comprometimento com os acionistas, no bem-estar dos funcionários e participação direta com a comunidade e proteção ao meio ambiente, de forma que sua decisão seja transpassada de forma confiável para a comunidade geral, visando à satisfação de seus clientes e o desenvolvimento na região na qual estão inseridas. Desta forma, a Responsabilidade Social é aplicada em dois ambientes: No interno, uma vez que é importante se ter interações afáveis com aqueles que contribuem no alcance de objetivos e progresso da empresa, oferecendo assistência médica, educação, transporte e alimentação, lazer, participação nos resultados e estruturação no plano de carreira. E no externo, é preciso que as companhias estejam inteiradas com as necessidades da comunidade, por esse ângulo, a responsabilidade social volta-se para projetos educacionais e ambientais, assistência social, doações para entidades e qualquer ação que beneficie a comunidade adjacente (MELO NETO; FROES, 2002).

¹ Custodio e Moya (2007, p. 78) definem o termo *stakeholders* como: termo em inglês utilizado para designar cada parte interessada ou que possa se interessar, sendo ele(s) um indivíduo ou até mesmo um grupo de pessoas que podem afetar a empresa por meio de suas opiniões ou ações, ou ser por ela afetada. Dentre este público, pode-se citar: público interno, fornecedores, consumidores, comunidade, governo, acionistas, meio ambiente, cliente, governo e etc.

Na definição de Melo Neto e Froes (2001), o conceito é abordado através da figura de vetores, que apresenta de forma dinâmica os *stakeholders* que devem ser incorporadas simultaneamente aos planejamentos, investimentos e ações das empresas.

Figura 01- Vetores da Responsabilidade Socioambiental



Fonte: Melo Neto e Froes (2001, p.78)

Na interpretação de Schommer (2008) o conceito de Responsabilidade Social, ainda pode ser analisado com base nos estudos de diferentes áreas da ciência. No âmbito filosófico, podem ser entendidas as relações de ética e moral, tanto da parte dos indivíduos como das organizações, e a participação da população nas tomadas de decisões e seus efeitos sobre a sociedade.

A sociologia, por sua vez, abre espaço para uma gama de pensamentos voltados para o papel das empresas perante as relações sociais, políticas e aos aspectos culturais que desenvolve os padrões de atuação de cada organização.

No livro imagens das organizações, Gareth Morgan (2006) entende as empresas como fruto das relações sociais. “Se a cultura é o que produz uma sociedade nas suas relações sociais, e sendo uma empresa nada mais que uma produção e organização de indivíduos, ela é, portanto, reflexo e resultado da cultura de cada um de seus integrantes”.

Segundo Asheley (2002, p.13), a existência de variadas abordagens da responsabilidade social, mostra uma mistura de ideias que provocam discussões agitadas. “Vários são os modelos construídos para tratar de responsabilidade social, normalmente mencionando fases ou etapas que compõem a atuação socialmente responsável” (CRUZ, 2003).

Nessa perspectiva de Archie e Carrol *apud* Filho (2006), a subdivisão da responsabilidade social em três dimensões: econômica, legal e ética e filantrópica.

A responsabilidade econômica envolve as obrigações da empresa de serem produtivas e rentáveis [...] A responsabilidade legal corresponde às expectativas da sociedade de que as empresas cumpram suas obrigações de acordo com o arcabouço legal existente. A responsabilidade ética refere-se às empresas que, dentro do contexto em que se inserem, tenham um comportamento apropriado de acordo com as expectativas existentes entre os agentes da sociedade. A responsabilidade discricionária (filantrópica) reflete o desejo comum de que as empresas estejam ativamente envolvidas na melhoria do ambiente social (MACHADO FILHO, 2006, p. 25-26).

A dimensão econômica da responsabilidade social está voltada justamente para o objetivo — ou a função, como trata alguns autores— da maximização do lucro por meio de práticas eficiente em suas operações. A partir da maximização do lucro, os investimentos serão retornados para os acionistas e para a atividade exercida na organização, conseqüentemente, a sociedade também será beneficiada com o crescimento da empresa (ANDRADE; MACARENO, 2009).

Na dimensão ética, as organizações devem cumprir de formas adequada à legislação urgente. Considerando que a responsabilidade social influencia diretamente nas decisões dos consumidores. Bueno (2003, p. 112) diz que “uma empresa ou entidade não cidadã tenderá a perder terreno entre públicos de interesse” (ANDRADE; MACARENO, 2009).

A dimensão discricionária da responsabilidade social, no que lhe concerne, propõe uma atuação ativa das instituições nas áreas social e ambiental. Esta implica para as empresas, uma postura eficiente para assumir novas responsabilidades dentro do ambiente que estão inseridas. À vista disso, Oliveira (2008), reforça o conceito de Responsabilidade Social, com o pensamento de que as empresas precisam ser dinâmicas fora de suas atividades-fim. Além disso, o autor acrescenta que no campo da responsabilidade social, as obrigações sociais não devem ser atribuídas somente as grandes companhias, visto que, as pequenas empresas têm atuação importante em nível local (ANDRADE; MACARENO, 2009).

Ainda dentro da visão discricionária, as organizações na busca pela otimização de seus resultados, devem levar em consideração o controle na utilização dos recursos

ambientais. Esta envolve a busca de relação harmoniosa com o meio ambiente. Desse modo devem-se buscar constantemente instrumentos que minimize o quanto possível, todos os impactos negativos que suas atividades possam causar.

A adesão da responsabilidade social corporativa se equilibra com a percepção de que a empresa é responsável pelas consequências sociais de suas ações (ANDRADE; MACARENO, 2009). Na prática, esta deve ser implementada como uma doutrina ou guia para as decisões de suas operações. Proteger a lucratividade e o crescimento da empresa faz parte de sua responsabilidade social (dimensão econômica), no entanto, não deve haver uma hierarquia de valores entre o campo econômico, social e ambiental.

Não obstante, Guimarães (1984) expõe que o nível de responsabilidade social de cada empresa, depende do quão influente esta pode ser na sociedade. O autor argumenta que as ações sociais podem gerar custos e que esses poderiam ser assumidos pelos próprios consumidores através de um adicional embutido nos produtos ou serviços vendidos pelas corporações. Entretanto, não existem estudos aprofundados que mostrem a viabilidade desse pensamento. Algumas vertentes acreditam que os consumidores estariam dispostos a arcar com esse valor agregado, em prol do aumento do bem-estar social, já outras, não atribuem poder à responsabilidade social na decisão de compra.

Os diversos conceitos e percepções que discorrem em torno do tema, apontam à ética e cidadania como aspectos pujantes na aplicação dos termos responsabilidade socioambiental, sócio empresarial e empresarial-ambiental. Lima (2011) aponta que, o alcance de tais responsabilidades, tem como pré-condição a observação da legislação vigente, desde as trabalhistas até as de direitos do consumidor, sendo a postura ética fator que influencia todas as relações com o Estado e a sociedade.

Uma empresa sócio e ambientalmente responsável é mentora não apenas dos cuidados a que se referem à Constituição e seu corpo de Leis, vai muito além do que cita a legislação. A sua aplicabilidade está relacionada a toda a cadeia produtiva, desde o esboço do projeto ao produto final. Em função disso, seu conceito é, sobretudo, de interesse comum e, que, portanto, deve ser difundido durante todo e qualquer processo produtivo, isto é, não cabem apenas aos consumidores, empresas, mas também aos seus fornecedores, no que diz respeito ao cumprimento do código de ética sobre a produção de bens e serviços durante todo o processo de execução (CENED, 2008).

Diante da discussão apresentada, compreende-se a Responsabilidade Social e Ambiental fator considerável no meio corporativo. As lutas trabalhistas foram adversidades

que as empresas tiveram que lidar desde o início, mas, com o aguçamento da consciência de cidadania da sociedade civil nos países desenvolvidos juntamente com os movimentos das minorias e ambientais, nos últimos trinta anos, ampliaram os ataques e exigências por maior responsabilidade sobre os diversos aspectos de suas atividades. Desde então, as pautas sociais implicam que tanto os indivíduos, quanto instituições devem ser responsabilizadas por todas as consequências que suas atividades venham gerar (GUIMARÃES, 1984). Não se pode negar, que a busca por melhorias no ambiente externo é refletida de forma positiva no ambiente interno empresarial. Para tanto, as metas empresariais devem estar dentro dos critérios que baseiam o desenvolvimento sustentável, preservando os recursos naturais e culturais, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais (INSTITUTO ETHOS, 2009).

2.6 Indicadores da responsabilidade socioambiental e as relações com os Stakeholders

À primeira vista, o objetivo crucial de qualquer estabelecimento é alcançar o maior retorno possível do capital investido, geralmente por meio de ferramentas rudimentares que visam minimizar os custos e aumentar a produtividade (FERREIRA; GUERRA, 2012). Por tempos, as empresas foram posicionadas como instituições econômicas que se empenhavam em resolver problemas econômicos (o que produzir? Como produzir? E para quem produzir?) “E percebiam a relação com o meio ambiente como uma ameaça externa à lucratividade e às práticas empresariais estabelecidas” (SEVERO; GUIMARÃES, 2014, p. 9). Entretanto, as empresas passam a inferir a valorização do homem e do meio ambiente como fatores decisivos ao seu sucesso, bem como, estratégia para conseguir vantagens competitivas no mercado. As novas formas de relacionamento das corporações com diversos grupos que têm interesse em suas atividades de negócios (stakeholders) trouxeram maior contribuição econômica para as empresas e garantia de sua permanência no mercado no longo prazo.

O termo Stakeholders é relacionado a todos àqueles que de alguma forma afetam ou são afetados pelas atividades de uma organização. A expressão é derivada da palavra Shareholder (acionista), que a princípio, por serem avaliados como os maiores interessados nos resultados financeiros das organizações, tinham suas opiniões consideradas durante toda fase de planejamento da empresa. No entanto, com a abertura de mercado e consequentemente o aumento da concorrência, a busca pela inovação e diferenciação passou

a contar com visões mais ampliadas, ao que se refere à forma de atuação da empresa, assim sendo, passou a serem notados outros grupos que poderiam interferir nos resultados das organizações (COSTA, 2007a).

Desta forma, Freeman (1984), divide os modelos empresariais em duas vertentes: O modelo de acionistas e o modelo baseado no dos acionistas (*Stakeholders*). O primeiro está voltado meramente em trazer benefícios para seus sócios. A empresa identifica-se como uma instituição financeira que se norteia através do entendimento de seus parceiros de negócios para alcançar maior rentabilidade. Já o “*Stakeholder*”s é conhecido como o modelo da responsabilidade social, de modo que a companhia é responsável por gerar algum tipo de benefício tanto para os seus acionistas quanto para todos aqueles que estejam envolvidos no funcionamento de seus estabelecimentos.

A união de diferentes grupos desenvolve interesses distintos e, portanto, devem ser gerenciados de forma que as duas partes sejam atendidas. Se por um lado a empresa necessita gerar lucros para compensar seus investimentos, por outro, são comprometidas a levarem qualidade e satisfação para seus clientes, desenvolvimento para região e estabelecer políticas de conservação para meio ambiente (RABELO; SILVA, 2011).

Para tanto, são destacados alguns dos grupos que compõe o modelo de “*Stakeholder*”s: patrocinadores (acionistas, investidores, financiadores, parceiros, fontes externas de capitais, diretores, dirigentes, supervisores da alta gerência); mercado do produto ou serviço (clientes externos e internos, usuários, concorrentes, canais de distribuição, atacadistas, varejistas); internos (gerente, equipe, executivos, funcionários da organização, subcontratados, terceirizados, colaboradores, departamentos, fundos de serviços internos); externos (órgãos governamentais, fiscalização, agências reguladoras, sindicatos, ambientalistas, líderes da comunidade, comunidade, sociedade, mídia, grupos comunitários, vizinhança); mercado de fornecedores (fornecedores de matérias primas, serviços e de tecnologia) (TRINDADE, 2011).

O sucesso ou fracasso das organizações são definidos a partir da correspondência com seus agentes. Desta forma, é necessário que se tenha um conhecimento amplo sobre o público ao qual está relacionada, para então definir seus planos estratégicos. As utilizações de metodologias comuns levam a erros nas tomadas de decisões, conseqüentemente geram prejuízos. Portanto, as análise dos “*Stakeholders*”s ampliam as compreensões do ambiente onde a organização está localizada, possibilitando a identificação de instrumentos que permitam os gestores a criarem cenários para determinada situação. (BEZERRA, 2014).

Há diversos modelos de avaliação expressos como indicadores, quais as organizações podem utilizar para acompanhar e controlar as atividades a fim de obter maiores resultados no mercado competitivo e na lucratividade, em contrapartida, grande parte desses modelos são falhos na determinação de fragilidades e necessidades das iniciativas socialmente responsáveis. (RABELO; SILVA, 2011).

Por conseguinte, “os indicadores de responsabilidade social são instrumentos utilizados pela organização para direcionar suas estratégias”. (KARKOTLI; ARAGÃO, 2004, p.101). Esses indicadores permitem indicar circunstâncias sobre o meio ambiente, funcionamento de sistemas e de integração de políticas ambientais a políticas setoriais ou micropolíticas e ainda favorecem a implantação de medidas que impulsionem a sustentabilidade. De acordo com a OCDE (2002), os indicadores são principalmente utilizados para a avaliação do funcionamento dos sistemas ambientais; integração das preocupações ambientais em políticas setoriais; contabilidade ambiental; avaliação do estado do ambiente etc (LIMA, 2017).

Considerando a adoção da responsabilidade social, grande parte das empresas apresentam seus resultados através do balanço social. Segundo Oliveira (2005) o balanço social tem o objetivo de disseminar as informações para todos os “Stakeholders” referentes ao desempenho social da organização, por meio de dados quantitativos (dados numéricos) e qualitativos (dados narrativos). Este instrumento designa as ações de acordo com a sua natureza (interna ou externa), os seus aspectos e ao valor gasto (MELO NETO; FROES, 1999). Desse modo, as informações irão variar de acordo com a finalidade do balanço, ou seja, irão contar qual tipo de empresa está adotando esses instrumentos e suas predisposições com a sociedade e natureza (RABELO; SILVA, 2011).

É importante contextualizar, que o Balanço social não é um instrumento aderido apenas pelas empresas privadas, mas também por; ONGs, cooperativa e, empresas estatais, que visam ter conhecimento amplo sobre seus funcionários, comunidade e gastos, para então minimizar a possibilidade de prejuízos futuros, perdas financeiras por desperdícios, greves, protestos, produtividade baixa e ter sua imagem e marca desgastada (RABELO; SILVA, 2011). Ainda segundo o Instituto Ethos, é dever da empresa investir na capacitação de seus funcionários, bem como, idealizar ascensão profissional e reconhecimento das participações de seus colaboradores na formulação e execução de projetos (LIMA, 2017).

3. PANORAMA DO SETOR CALÇADISTA

Esta seção apresenta um levantamento histórico sobre o setor calçadista no Brasil, bem como sua estrutura e fases do processo produtivo, seguido de uma abordagem acerca do surgimento e crescimento deste setor na Conurbação CRAJUBAR.

3.1 Breve Contextualização do Setor Calçadista no Brasil

A atividade calçadista presente hoje em todo território nacional foi concentrada primeiramente nos Estados do Rio Grande do Sul e São Paulo. De acordo com Brener (1990), a origem da confecção calçadista nas terras gaúchas, deve-se a criação de gados pelos Jesuítas, que incluía o animal entre suas fontes principais de alimentação. Com as multiplicações dos rebanhos, devido ao clima e vegetação propícios, passou-se a ter maior disponibilidade de pele desse animal. A abundância do couro como matéria-prima somada à chegada de imigrantes alemães, resultou no desenvolvimento de curtumes, que por sua vez possibilitou a produção de calçados de couro (ZIGANO, 2012).

Em São Paulo, o desenvolvimento dos estabelecimentos de calçados teve origem na cidade de Franca, que a princípio servia de parada para viajantes que se deslocavam do interior do estado paulista, para os Estados de Minas Gerais e Goiás. As reformas e construções de estradas que deram acesso a outros estados do Brasil, especialmente para a região Sul, facilitaram a entrada da manufatura de calçados para o interior de São Paulo. Nessa época, Franca tinha o café como principal atividade econômica, com as recorrentes crises no comércio cafeeiro, as indústrias coureiro-calçadistas passaram a substituir progressivamente o café nessa região (BRENER, 1990).

Nessa época, os pequenos estabelecimentos, operavam em média com cinco funcionários, quase sempre da mesma família, que utilizavam de pouca mecanização na produção. Segundo Correa (2001), somente na década de 1860, o setor passou a inserir máquinas, como a de costura, na montagem dos calçados. Acredita-se que a partir desse momento a fabricação foi impulsionada e escoada para outros Estados (ZIGANO, 2012).

Hoje, a indústria de calçados brasileira é formada por aproximadamente 8,2 mil empresas. Entre os anos de 2015 e 2016, estima-se que essas empresas juntas produziram um total de 954 milhões de pares calçados (ABICALÇADOS, 2017). O Brasil hoje comporta um dos maiores *clusters* calçadista do mundo, principalmente na região do Vale do Rio dos

Sinos, no Estado do Rio Grande do Sul, e nos estados do Ceará e Paraíba na região nordestina (ZINGANO; OLIVEIRA, 2012).

O setor calçadista no Brasil pode ser dividido em dois grandes seguimentos: de um lado as grandes organizações que investem em altas tecnologias e canais de comercialização, e do outro, pequenas companhias de propriedade familiar, que utilizam métodos quase totalmente artesanais na fabricação dos calçados. Essa última compõe a maior parte dos estabelecimentos de calçados brasileiros.

De acordo com Fensterseifer (1995) outra característica elementar das indústrias calçadistas é a mão de obra intensiva, que geralmente é composta por trabalhadores com nível de escolaridade inferior.

A produção de calçados mais comuns no Brasil, tem como matéria-prima básica o couro, plástico e a borracha, os quais diferem quanto aos seus processos produtivos. Os calçados de couros tradicionalmente utilizados partem de etapas de modelagem, corte, costura, montagem e acabamento. (ZINGANO; OLIVEIRA, 2012).

Segundo a Abicalçados (2017), a região Nordeste no ano de 2016, destacou-se como grande produtora de calçados no Brasil. A produção nessa região chega a 58,2 % do total da produção nacional, enfatizando os estados da Paraíba e Ceará, que juntos correspondem por 85% da produção do Nordeste. Já a região Sul, compreende a segunda maior produção de calçados no país, com 22,6% da produção total nacional, dentro da região evidencia o estado do Rio Grande do Sul, detentor 84% da produção.

No entanto, apesar dos números expressivos na região Nordeste, entre os anos de 2015 e 2016, a produção nessa região cresceu apenas 0,8%, enquanto a região Sul apresentou crescimento de 2,7%, correspondendo o dobro da média do crescimento nacional. A explicação para esse resultado está na recuperação da demanda por calçados de couro. O Nordeste, por sua vez, concentra maior produção derivada do plástico e da borracha (ABICALÇADOS, 2017).

De acordo com os dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), as fabricações no ano de 2016, foram compostas em sua maioria por chinelos, correspondendo a 45,4% da produção total de calçados no Brasil. Os calçados classificados como casual e social somaram 40,3%, o seguimento esportivo 7,8%, calçados de segurança 4,7% e ortopédicos 1,9%. É importante salientar que as definições desses tipos de calçados abrangem todos os tipos de materiais. Ainda de acordo com esse critério, os calçados destinados ao público feminino, são os que mais têm participações no total de vendas, 64,9%.

O gênero masculino corresponde a 24,7%, a categoria infantil 10,4%, e o restante (unissex, ortopédicos e segurança), somam 38,8%.

A indústria que a mais de um século tem papel importante na economia nacional, enfrenta dificuldades quanto à produção e exportação. No último relatório lançado pela Associação Brasileira das Indústrias de Calçados (ABICALÇADOS), os obstáculos enfrentados pelas indústrias calçadistas, assim como as de manufaturados, são decorrentes dos problemas estruturais somados com retração na demanda doméstica. Apesar dos baixos índices de exportações nos últimos anos, as vendas internacionais ainda é o que mantém o setor protegido de resultados ainda piores. Em 2017, o aumento das exportações em 1,2% em volume, gerou aumento de 9,3% em receita (127,1 milhões de pares por US\$ 1,09 bilhão) (ABICALÇADOS, 2018).

O desempenho das exportações de calçados no ano de 2017 destaca o crescimento de cinco mercados: Argentina, Paraguai, Bolívia, Peru e Equador. Acredita-se que o aumento de venda para esses países tenha compensado a queda significativa de exportações para os Estados Unidos. A redução de 14,2% das exportações de 2017 deveu-se principalmente ao crescimento da participação Asiática na produção de calçados.

3.2 Breve contextualização do setor calçadista na Região Metropolitana do Cariri

Dentre as regiões que concentraram a indústria calçadista em consequência das transferências, principalmente do estado do Rio Grande do Sul, destaca o estado do Ceará. Nos registros, as atividades calçadistas nesse estado ganharam importância somente depois da instalação da Grendene —Indústria natural do Rio grande do Sul— na cidade de Sobral em 1993 e na cidade de Crato, em 1997. Entretanto, no interior cearense destaca a cidade de Juazeiro do Norte, localizada na região do Cariri, que ao longo de sua história cresceu substancialmente a produção de calçados, tornando-se hoje uma das principais cidades produtoras do seguimento.

De acordo com o FIEC (2017), estão localizadas na região metropolitana do cariri aproximadamente 250 empresas, onde 90% são classificadas como de pequeno e micro portes. Do total de empresas na região, cerca de 96% estão concentradas na região CRAJUBAR. A concentração deve-se à demanda gerada pelo fluxo de romarias em Juazeiro do Norte e pela presença da Grendene no Crato (informações já citadas em tópicos anteriores).

Segundo Souza (2003) a origem do arranjo calçadista no Cariri está associada ao dinamismo do comércio de Juazeiro do Norte. A cidade despontou como o segundo maior centro comercial do Ceará durante a década de 1960. Contando com a produção de calçados com algumas empresas produtoras de sandálias microporosas e de placas de borracha de EVA, matéria-prima básica para a fabricação de sandálias tipo surf e chinelos.

A existência de matéria-prima básica no local (borracha, PVC), estimulou a montagem de pequenas fabricas de origem familiar, que produzia calçados geralmente em suas próprias residências. Desde então, a instalação de produtoras de solados de PVC, impulsionou a chegada de microempresas montadoras de calçados populares.

As chamadas sandálias de rabicho, tradicionalmente usada na região, são comercializadas em sua maior parte, nas quatro romarias que acontecem anualmente em Juazeiro do Norte. O fluxo de romeiros durante todo o período do ano e de visitantes que chegam à cidade em nome da Fé e devoção ao Padre Cícero, sempre levam consigo objetos singulares da cidade. Acredita-se que a passagem de Virgulino Ferreira, o Lampião, tenha inspirado os artesões locais na fabricação de sandálias de couro, que usam os traços originais dessas sandálias até os dias de hoje. Ainda é possível encontrar com facilidade nessa região, fábricas denominadas “fundos de quintais”, que ainda concentram grande parte dos produtores na informalidade (SOUZA, 2015).

O crescimento da produção calçadista no Cariri cearense motivou a comercialização de produtos contingentes da cadeia produtiva de calçados. As chamadas casas coureiras responsáveis pela fabricação e comercialização de sandálias de couro, perderam consideravelmente espaço no comércio calçadista. A falta de incentivos financeiros para aquisição dessa matéria-prima fechou muitos estabelecimentos do seguimento, em outros casos, alguns dos fabricantes dessas casas, passaram a sobreviver da comercialização de produtos de origem sintética ou de outros materiais que substituíram o couro (SOUZA, 2003).

Hoje a cidade de Juazeiro do Norte, juntamente com as cidades de Crato e Barbalha, forma um dos principais pólos calçadista do Brasil. A região denominada CRAJUBAR, hoje conta com maiores incentivos e suporte para a produção de calçados, como a capacitação e treinamento para a empresa desenvolvida pelo SENAI, linhas de créditos, organização e promoção de Feira Tecnológicas, realizada pelo Sindindústria (Sindicado das Indústrias de Calçados e Vestuário da Região do Cariri) (SOUZA, 2003).

De acordo com o IBGE (2013) estima-se que o pólo calçadista do cariri atua com aproximadamente 250 empresa e emprega cerca de 15mil funcionários. Segundo o Miniestudo Setorial de Calçados, realizado pelo Centro Internacional de Negócios da Federação das Indústrias do Estado Ceará – FIEC (2017) aponta que, de janeiro a setembro de 2017, as indústrias calçadistas caririenses exportaram US\$ 1.361.907. Os municípios de Juazeiro do Norte, Crato, Barbalha e Brejo Santo, contabilizaram a comercialização de 455.484 pares de calçados no período, sendo Juazeiro do Norte responsável pela maior produção, com 277.641 pares. Entretanto, o maior número de exportações deve-se a cidade de Brejo Santo que registrou o numero de US\$ 586.634 no respectivo ano. Vale enfatizar, que dentre esses, esta cidade caracteriza-se como a menor produtora do ramo de calçados, mas segundo o presidente do Sindindústria, Brejo Santo comporta a produção com menor custo em relação às outras cidades do Cariri. Por sua vez, Crato e Barbalha comercializaram respectivamente, 95.299 e 46.504 pares de calçados, o que representam US\$ 137.090 e US\$ 98.132 respectivamente. Argentina, Paraguai e Uruguai, são os principais compradores de calçados da região.

3.3 Estrutura do setor

Com as transformações ocorridas na estrutura do setor calçadista nos últimos anos o preço do produto passou a ser apenas mais uma variável influente na demanda pela mercadoria. Estas mudanças passaram a exigir maior desempenho na diferenciação dos calçados, contribuindo para que uma das principais características do setor calçadista, a heterogeneidade, fosse estimulada (FRASSETTO, 2006).

Em vista disto, alguns dos aspectos influentes no setor calçadista como a sazonalidade e as tendências de moda, são fatores determinando no fluxo de vendas. A primeira determina que as confecções de calçados sejam de acordo com as coleções das estações anuais (primavera/verão e outono/inverno). Já a segunda exige que a produção siga os *designs* predominantes no momento (COSTA, 2013).

Os calçados masculinos, geralmente possuem menor variação quanto aos lançamentos de novos modelos, enquanto o seguimento feminino demanda que o mercado esteja sempre inovando na apresentação de novos produtos. Apesar do público feminino ser responsável pela maior parcela nas vendas de calçados, existe maior preferência por

produção na linha masculina, isso porque, a pouca flexibilidade e sofisticação nesse seguimento requerem menor investimento e pouca resistência no mercado.

Assim como os variados tipos de calçados (femininos, casuais, masculinos, infantis, entre outros), existem diversidades quanto à matéria-prima utilizada na fabricação. Tradicionalmente a maior parte dos calçados era fabricada a partir do couro, no entanto, com o desenvolvimento da indústria petroquímica, outros materiais incluindo os sintéticos (como borracha, PVC, plástico) passaram a compor a produção calçadista. Além do baixo custo em relação ao couro, esses materiais, também exigem uma produção menos complexa no que se refere à manufatura coureira. Por fim, baseando-se em Guerrero (2004) e Ruppenthal (2001) segue alguns dos materiais mais utilizados na fabricação de calçados (COSTA, 2013).

- Couro – considerado material nobre, pode ser utilizado praticamente em todas as partes do calçado, mas normalmente sua utilização é no cabedal (parte superior do sapato).
- Materiais têxteis – utilizado principalmente na fabricação de tênis e calçados infantojuvenis, são comumente aplicados no cabedal e forro. Esse tipo de material tem baixo valor de aquisição.
- Laminados sintéticos – são materiais construídos a partir de um suporte (tecido, malha) sobre o qual é aplicada uma camada de material plástico (PVC ou poliuretano).
- Materiais injetados – são utilizados na injeção de solados e saltos. O PVC (policloreto de vinila) é empregado na sola. O Poliuretano (PU) é empregado em solas e entressolas. O ABS é utilizado especificamente na fabricação de saltos. O TR (borracha termoplástica) é utilizado na produção de solas e saltos baixos.
- EVA – esse é um dos produtos mais utilizados no Brasil. Empregado na fabricação de solas.

Para atender a demanda diversificada por modelos de calçados, o setor calçadista hoje investe nas mais variadas matérias-primas, que vão desde os elementos naturais aos sintéticos. Hoje já se tem na composição da estrutura dos calçados elementos modernos, como: os tecidos “inteligentes”, que protegem dos efeitos solares; os impermeáveis e os desenvolvidos a partir do conceito Eco design, que procura desenvolver produtos a partir de fibras naturais, como a do coco. Para a presente pesquisa, será analisado o processo produtivo do calçado com base na borracha micrósporos.

À escolha deste segmento se dá em virtude da homogeneidade dos processos produtivos entre diferentes empresas, de modo a permitir comparação pelo índice de responsabilidade socioambiental (IRSA).

4. METODOLOGIA

Nesta seção, destacam-se os aspectos metodológico da presente pesquisa, apresenta a Conurbação CRAJUBAR como área da pesquisa, bem como os procedimentos técnicos e ferramentas para coleta de dados utilizadas.

4.1 Área de Estudo

A área de estudo abrange a conurbação CRAJUBAR que está localizada ao sul do Estado do Ceará, na região do Cariri, sendo formada pelos municípios de Crato – Juazeiro do Norte – Barbalha. Juntos, estes municípios integram o polo econômico da Região Metropolitana do Cariri (RMC), criada pela Lei Complementar nº 78 no ano de 2009 (integrando os municípios de Barbalha, Caririaçu, Crato, Farias Brito, Jardim, Juazeiro do Norte, Missão Velha, Nova Olinda e Santana do Cariri).

A cidade de Barbalha dista 553 km da capital do estado, com uma altitude de 415 m acima do nível do mar, possui uma área de 569,51 km², tem uma população de 55.533 habitantes, está localizada no sopé da Chapada do Araripe e PIB equivalente a R\$ 455.763,00 (IBGE, 2015a).

A cidade de Crato localiza-se a 505 km da capital, e a uma altitude de 446 m acima do nível do mar, também está situada no sopé da Chapada do Araripe e possui uma área de 1.009 km². Em 2013 tinha cerca de 126.591 habitantes e PIB per capita igual a R\$11031,52 (IBGE, 2015b).

A cidade de Juazeiro do Norte fica a 491 km da capital Fortaleza, e a uma altitude de 377 m acima do nível do mar. Com uma área de 249 km², Juazeiro do Norte é a menor das três cidades em área que compõem o CRAJUBAR, sua população é de 266.022 habitantes, segundo a estimativa do IBGE (2015c), com uma taxa de urbanização de 95,3% e PIB per capita de R\$ 14741,74.

4.2 Procedimentos Técnicos

A abordagem metodológica utilizada nesta pesquisa não se enquadra nos limites quer qualitativos, quer quantitativos; sua composição dá-se pela mescla desses dois a partir das fontes utilizadas pelo estudo. Fonseca (2002, p. 20) enaltece que “a utilização conjunta

da pesquisa qualitativa e quantitativa permite recolher mais informações do que se poderia conseguir isoladamente”. Minayo (2010) expõe sobre a dificuldade de reconhecimento que a pesquisa qualitativa sofre. Dessa maneira, a autora sugere que é necessária a objetivação, ou seja, “processo de investigação que reconhece a complexidade do objeto nas ciências sociais”. (MINAYO, 2010, p. 62).

No intento de percorrer aos objetivos aqui propostos, utilizou-se dos instrumentos permitidos pelas pesquisas descritiva-exploratórias, uma vez que, segundo Gil (2008), as investigações de natureza descritiva objetivam descrever as características de determinadas populações e fenômenos. E consoante a ela, conforme o mesmo autor, as peculiaridades das pesquisas de cunho exploratório se voltam a tratar o problema com maior familiaridade, ou seja, explicitando-o.

Quanto aos procedimentos técnicos, a pesquisa bibliográfica foi utilizada com o intuito de permear os principais autores que abordaram sobre os conceitos mais capitais deste trabalho. Assim valendo, a pesquisa bibliográfica possibilita ao pesquisador desenvolver seu trabalho com base em materiais já elaborados, os quais se constituem principalmente de livros artigos e científicos (GIL, 2008).

4.3 Coleta e Tratamento dos Dados

Neste estudo, foram utilizados dados primários, coletados mediante aplicação de questionário estruturado (Anexo 01) a 07 empresas do setor calçadista da Conurbação CRAJUBAR/CE, no primeiro semestre de 2018. Para a identificação das empresas foram definidos o seguimento de solas de borracha e o tamanho da empresa (médio e grande porte) como variável de inclusão, pois apresentam maior homogeneidade dentro do setor. Resultando em um total de 7 empresas ativas, onde 3 estão localizadas na cidade de Barbalha, 3 em Juazeiro do Norte e 1 em Crato. Os responsáveis por responder ao questionário foi o gerente comercial de cada empresa, designado por elas mesmas.

Das 7 empresas, apenas 5 efetivamente participaram da pesquisa. As outras duas, negaram participação (justificando pelo transtorno ao ambiente de trabalho e falta de disponibilidade da gerencia para acompanhar a pesquisa). Das 5 empresas participantes, 1 é qualificada como de grande porte e 4 de médio porte.

O questionário utilizado na pesquisa de campo foi semiestruturado em duas partes: a primeira parte, baseada em Cordeiro (2015), abordando a caracterização da atividade no

setor, bem como o perfil econômico das empresas, enquanto a segunda parte é destinada para questões voltadas para o âmbito da responsabilidade socioambiental.

Para alcançar os objetivos propostos, foi calculado através de diferentes indicadores, a Mínima, Média e Máxima dos índices analisadas com adaptação do trabalho de Alves (2016). São elas: Compromisso com a melhoria da qualidade ambiental (CMQA) capaz de interpretar qual nível de compromisso as empresas exercem com a sociedade e o meio ambiente; Educação e conscientização ambiental (ECAM), possibilita que as empresas atrelem diferentes grau de participação enquanto atores de impactos socioambiental; Gerenciamento dos impactos sobre o meio ambiente (GISMA), utilizada para avaliar o nível das interferências das ações de produção sobre o ambiente e como as empresas calçadistas do CRAJUBAR colaboram para mitigar os resultados negativos do processo; Minimização de entradas e saídas (MINIES), propõe a qualificação do padrão tecnológico dos processos, partindo de uma redução de produtos nocivos à saúde, recursos naturais (matérias-primas, água, energia), bem como a destinação correta de resíduos; Compromisso com a melhoria do ambiente de trabalho (CMAT), sinaliza o patamar em que as empresas pesquisadas encontram-se em relação ao bem-estar no ambiente de trabalho e Compromisso com a responsabilidade social (CRS), coloca em evidência os aspectos sociais relacionados a produção do setor calçadista da conturbação CRAJUBAR e é capaz de considerar as políticas e ações públicas de sustentabilidade como: o gerenciamento dos resíduos sólidos, a equidade social e aspectos econômicos de desenvolvimento local, suficiente para garantir o bom funcionamento de todo o sistema. Em tempo, essas variáveis foram definidas após revisão da literatura especializada na pesquisa.

Para a análise de cada variável citada foram distribuídos 5 pontos como mecanismo de análise: (Nunca), (Quase Nunca), (Às Vezes), (Quase Sempre) e (Sempre). E para calcular a Média foi dividida a soma dos níveis de respostas pelo número de indicadores, destacando a menor e maior média como forma de identificação da diferença entre as respostas obtidas. Esses parâmetros segue as contribuições de Alves (2017), com as devidas adaptações para o setor aqui em estudo.

4.4 Índice de Responsabilidade Socioambiental IRSA

A Estimativa o do Índice de Responsabilidade Socioambiental (IRSA) para as

empresas pesquisadas foi realizada a partir da elaboração dos seis índices supracitados que representam as dimensões relacionadas à consolidação da RSA. Em termos analíticos, o cálculo do IRSA ocorre como se segue. Procedeu-se, inicialmente, ao cálculo dos índices relativos a cada dimensão (*Ip*).

Em que : IRSA = Índice de Avaliação da Responsabilidade Socioambiental; *Ip* = valor dop-ésimo índice. Cada índice, por sua vez, é formado a partir de um conjunto de indicadores. Assim, o valor do p-ésimo índice e a contribuição do q-ésimo indicador foram calculados.

O Índice de Avaliação da Responsabilidade Socioambiental (IRSA) e os índices das diferentes dimensões foram construídos em uma escala de escores que varia de 1 a 5 e para efeito de análise foram classificados em cinco faixas, conforme Quadro 02:

Quadro 2 – Classificação dos índices por faixa de escores

Classificação dos índices	Faixa de escores
Muito baixo	de 0 a 1
Baixo	de 1,01 a 2
Intermediário	de 2,01 a 3
Alto	de 3,01 a 4
Muito alto	De 4,01 a 5

Fonte: Alves, 2017.

5. RESULTADOS

Este capítulo apresenta os resultados da aplicação dos questionários, partindo de uma breve caracterização do setor calçadista na Conurbação CRAJUBAR e seguido de uma abordagem lógica das variáveis analisadas na pesquisa. São elas: Compromisso com a melhoria da qualidade ambiental (CMQA), Educação e conscientização ambiental (ECAM), Gerenciamento dos impactos sobre o meio ambiente (GISMA), Minimização de entradas e saídas (MINIES), compromisso com a melhoria do ambiente de trabalho (CMAT) e Compromisso com a responsabilidade social (CRS).

5.1 Caracterização do Setor Calçadista de solados injetados na Conurbação CRAJUBAR/CE

Segundo Silva (2016) o Cariri é uma região estratégica de produção devido sua localização e as contribuições da Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR, na tentativa de minimizar as desigualdades regionais com incentivos fiscais, estabelecidos com base em renúncias diferenciadas de ICMS (podendo chegar até 75%). Também associados a esses incentivos, aqueles oferecidos por mecanismos e programas de caráter regional para o Nordeste, merecendo destaque o Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR), o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e o Fundo de Desenvolvimento Industrial (FDI-PROVIN).

Para tanto, apesar dos atrativos citados anteriormente, as empresas do setor calçadista enfrentam algumas dificuldades em seus processos produtivos, citados pelos empresários, principalmente, na contratação de mão de obra qualificada; no custo ou falta de capital de giro; custo ou falta de capital para aquisição de máquinas e equipamentos; concorrência de produtores locais, nacionais e estrangeiros, como é o caso dos produtos chineses

Tabela 01 – Externalidades ao processo produtivo calçadista do CRAJUBAR.

Externalidades	A	B	C	D
Infraestrutura disponível (física e de serviços)	0	2	1	2
Disponibilidade de mão-de-obra	0	1	1	3
Qualidade da mão-de-obra	0	2	3	0
Custo da mão-de-obra	0	0	2	3
Existência de programas governamentais	0	2	3	0
Proximidade com os fornecedores de insumos/ clientes/consumidores	0	1	3	1

Fonte: Elaboração própria, 2018.

A classificação da Tabela 01 está organizada nos seguintes parâmetros: A, sem importância; B, pouco importante; C, importante e D, muito importante.

Conforme pode ser identificado na Tabela 01, os itens que apresentam maiores grau de importância, enquanto externalidade ao processo produzido, e são designados como “muito importante” é a disponibilidade e o custo de mão de obra. Isso se caracteriza pelo reconhecimento por parte dos empresários do quanto esses fatores podem afetar diretamente a produção, tanto por não ter funcionários disponíveis, quanto por terem um custo muito elevado, capaz de inviabilizar a produção.

Outro fator de grande importância é a proximidade com os fornecedores de insumos, clientes e consumidores. Quanto a isto, 60% das empresas destacam como “importante”, 20% “pouco importante” e os outros 20% como “muito importante”. Esta variação ocorre em virtude dos benefícios governamentais, que faz com que empresas de outras localidades possam vir atuar no CRAJUBAR. Para elas a viabilidade de instalação, produção e comercialização é superior a distância entre fornecedores e consumidores.

Vale ressaltar que nenhuma das variáveis aqui analisadas receberam a classificação de “sem importância”, indicando que por menor que seja a externalidade ela terá impacto direto ou indiretamente no processo produtivo e que as empresas analisadas têm total reconhecimento disto.

Tabela 02 – Vantagens da localização

Vantagens	A	B	C	D
Rapidez na entrega	0	0	5	0
Custos de transportes	0	0	3	2
Assistência técnica oferecida	0	2	3	0
Condições de financiamento	0	2	3	0
Vantagens de preço	0	0	5	0
Atributos de qualidade	0	0	5	0

Fonte: Elaboração própria 2018.

A classificação deste quadro segue as mesmas especificações do quadro anterior, sejam: A, sem importância; B, pouco importante; C, importante e D, muito importante.

Nesta análise, 50% das variáveis foram classificados como “importante” por todas as empresas. São os Atributos de qualidade, as Vantagens de preço e a Rapidez na entrega que destacam a importância da localização das empresas no CRAJUBAR. Quanto a Assistência técnica oferecida e a Condições de financiamento, 60% destacam-nas como “importante” e

40% como “pouco importante”. Enquanto que o custo de transporte foi classificado por 60% das empresas como “importante” e 40% como “muito importante”.

Denota-se que, embora algumas variáveis tenham maior peso sobre o grau de importância desta localização para as empresas analisadas, elas ainda são economicamente viáveis para o processo produtivo, e enquanto assim for, a conturbação CRAJUBAR continuará sendo o destaque do setor.

5.1.1 Etapas do processo produtivo

O CRAJUBAR produz-se de calçados em couro (produção artesanal e tradicional e algumas empresas que trabalham com calçados de couro). Porém prevalece a produção de calçados de materiais sintéticos, os quais são derivados do petróleo. Citam-se os seguintes materiais: PVC (policloreto de vinila), TR (borra chatermoplástica de estireno/butadieno), PU (poliuretano), EVA(copolímero de etileno e acetato de vinil). Para Costa (2007) a predominância do uso destes materiais diferencia a aglomeração de calçados das demais do país, haja vista que, nas demais, prevalece o uso de calçados a base de couro. Conforme descrito na parte histórica, a entrada de material de base plástica é iniciada com a produção de sandálias tipo havaiana, ainda nos finais da década de 1960. Os demais materiais têm entrada recente na aglomeração, sendo registrados por Costa (2007) a expansão e popularização (na fabricação local) do uso de solados à base de PVC, a partir dos anos 1990, com a instalação de empresas produtoras destes solados (CORDEIRO, 2015).

Com relação a insumos e matérias-primas, foram citados pelas empresas: borracha virgem, borracha sintética, borracha reciclada, solventes, expansores, carbonato e resina. Neste caso, grande parte dos materiais usados é da própria região, sobretudo a borracha reciclada.

Em todas as empresas a borracha reciclada é adquirida através de empresas de reciclagens parceiras, que vendem esse tipo de matéria-prima. Outra parte da borracha reciclada utilizada em todas as empresas é de origem da sobra da própria produção.

Já a borracha virgem, considerada material nobre, bem como os outros materiais citados, de acordo com as empresas, são em seu todo de origem de outros estados.

Na primeira fase do processo os funcionários separam a matéria prima em meio ao amontoado de borracha, onde posteriormente é encaminhada para peneira e em seguida para o moinho. Para este procedimento são utilizados em média 8 funcionários designados a

selecionarem os materiais que serão utilizados na produção, dos materiais impróprios para fabricação de calçados de borracha.

O material recebido pelas empresas tem origem, em grande parte, de associações de reciclagem que vendem cerca de 10 toneladas semanais de diferentes tipos de borrachas. Nesta fase é possível verificar que não há seleção prévia dos materiais vendidos para as empresas de calçados, podendo ser encontrado inúmeros objetos incomum a borracha (ferro, plástico, vidro, tecido, entre outros).

Figura 02 - Seleção de matéria-prima (reciclagem)



Fonte: Pesquisa primária, 2018.

Já na segunda fase a seleção de materiais postos no moinho, inicia-se o processo de trituração e peneira. Nesta fase, o material no moinho é acrescentado de pigmentos que ajudam no processo de uniformização da cor. Em seguida a moagem, toda matéria é transformada em um pó preto, essa coloração para esse tipo de processo (reciclados) é única, já que as diferentes texturas de borrachas utilizadas no mesmo moinho não permitem alteração de cor.

Figura 03 - Peneira/ Moinho



Fonte: Pesquisa primária, 2018.

Na terceira fase do processo, os funcionários são responsáveis pela fabricação dos solados, alças e outros componentes de calçados. Operam em máquinas tipo injetoras convencionais e rotativas, a partir do abastecimento das máquinas com material de injeção advindo dos moinhos.

Figura 04 - Injetoras



Fonte: Pesquisa primária, 2018.

Na quarta fase os funcionários empregados deste setor, responsabilizam-se pela produção via uso das esteiras na montagem de calçado, pintura sobre serigrafia, acabamento e embalagem. Os calçados vão passando rotativamente para que os funcionários possam realizar o acabamento sem perda de tempo. A utilização da esteira garante essa maior velocidade.

Figura 05 – Produção via esteira



Fonte: Pesquisa primária, 2018

Na quinta e última fase do processo interno, os funcionários realizam atividades de controle de estoque e atividade de expedição, emitindo o material devidamente pronto para a distribuição aos fornecedores.

Figura 06 - Almojarifado/ Expedição



Fonte: Pesquisa primária, 2018

Essas foram as fases do processo produtivo visualizadas durante a pesquisa de campo do setor aqui em estudo. Vale ressaltar que essas fases são estruturadas de maneira que possa otimizar o máximo de tempo, pois, conforme falas dos empresários, quanto menos tempo perdido, melhor será o rendimento líquido.

5.2. Compromisso com a melhoria da qualidade ambiental (CMQA)

Atualmente, para que empresas assumam uma postura sustentável é necessário que visem o compromisso com a melhoria da qualidade ambiental de produção e serviços. Trata-se de ser cada vez mais sustentável com iniciativas de qualificação dos funcionários para o novo sistema, que incluem: campanhas de sensibilização, novas técnicas de produção, descarte correto de resíduos gerados, relação tênue da empresa com o consumidor etc. Com base nessas premissas, foram utilizado 14 indicadores que permitiram interpretar qual nível de compromisso as empresas exercem com a sociedade e o meio ambiente da Conurbação CRAJUBAR. A Tabela 03 apresenta a valoração dos indicadores.

Tabela 03- Distribuição relativa da situação das empresas do setor calçadista em relação aos indicadores de Compromisso com a melhoria da qualidade ambiental (CMQA) – CRAJUBAR/CE – 2018

INDICADOR	Nunca	Quase Nunca	As vezes	Quase sempre	Sempre
Implementação de programas/ações internas de melhoria e proteção do meio ambiente	2	1	0	0	0
Participação de eventos/congressos que tratem do tema ambiental	3	1	0	0	0
Ações de parceria e cooperação com outros produtores para melhoria ambiental	3	1	0	0	0
A questão ambiental está presente no planejamento estratégico da empresa?	4	1	0	0	0
Ao desenvolver um novo negócio a empresa leva em conta os danos ambientais que o mesmo pode causar	2	2	0	0	0
Política explícita de não-utilização de materiais e insumos provenientes de exploração ilegal de recursos naturais (como madeira, animais, etc.)	2	2	0	0	0
Processos para mapeamento e melhoria da qualidade ambiental, como reflorestamento etc	3	0	2	0	0
Apoio a pesquisas para o desenvolvimento de tecnologias menos danosas ao meio ambiente	0	3	0	0	0
Estabelecimento de metas relativas à utilização de matérias-primas e destinação de resíduos	2	2	1	0	0
Existência de política ambiental	0	0	4	1	0
Elaboração de indicadores internos de avaliação da performance ambiental	3	2	0	0	0
Dada a existência de política ambiental, a mesma é de conhecimento de todos os empregados	0	0	3	1	1
Participação em programas de certificação, créditos de carbono etc	5	0	0	0	0
Participação em algum programa externo de avaliação de conduta ambiental	4	0	1	0	0
ESTATÍSTICA DESCRITIVA DA VARIÁVEL					
MÉDIA 2,1572 MÍNIMO 1,5 MÁXIMO 2,4285					

Fonte: Elaboração com base em Dados primários, 2018

O setor calçadista aponta, em um contexto geral, um quadro negativo ao que se refere CMQA. Apesar das empresas apresentarem algum tipo de política ambiental, apenas uma reconhece que as informações são repassadas de forma clara para os funcionários. Nas demais, dentro da rotina de produção, somente alguns colaboradores tem instruções sobre as

normas ambientais, esse geralmente são encarregados pela destinação dos resíduos ou pelo processo de reciclagem.

De acordo com os dados descritos na Tabela 03 nota-se que as políticas existentes estão restritas a um regime individual. São praticamente inexistentes as interações entre outros produtores do ramo que conversem sobre ações que poderiam ser desenvolvidas em conjunto, para melhoria ou eficiência na utilização dos recursos naturais. Esse ponto chama atenção, pelo fato de que, das cinco empresas participantes da pesquisa, três fazem parte de um mesmo grupo de produção. Entende-se, portanto, que dentro do planejamento estratégico dessas empresas a temática ambiental não é fator tratado em conjunto, cabe a cada empresa decidir o modo de utilização de insumos e descarte de refugos.

No cenário das indústrias calçadistas que necessitam estar, sob procedimentos de inovações constantes, afim de acompanhar as exigências de mercado, 60% das empresas, “nunca” e “quase nunca” levam em consideração os danos ambientais que podem ser gerados com os testes de criação de um novo produto. Já as outras 40% classificam a importância de desenvolver produtos menos nocivos como “às vezes”, correspondendo, portanto, a um despreço quanto à respeitabilidade ambiental.

O uso de materiais laminados e sintéticos na região, apesar de ter reduzido a fabricação de calçados com materiais originários diretamente de animais e da madeira, não implicou na redução da poluição ou impactos na natureza, já que, a composição desses produtos contém elementos tóxicos e que retardam o processo de biodegradação. Entretanto, 40% “nunca” e 60% “às vezes”, prestam assistência a pesquisas que desenvolvam tecnologias que visam diminuir os danos ao meio ambiente. Essas que por sua vez, poderiam contribuir em melhor desempenho das atividades e por fim influenciar na eficiência da empresa.

Em se tratando de participações em eventos ou congressos, os temas regularmente procurados estão ligados principalmente à inovação tecnológica, estratégias de venda e desenvolvimento de planos de negócios. Esses eventos tratam esporadicamente de assuntos ambientais. Desta forma, 80% das empresas “nunca” ou “quase nunca” interessam com temas relacionados ao meio ambiente. O restante (20%), apesar de confirmar presença em algum tipo de evento relacionado ao meio ambiente, não trata o assunto com primazia entre as estratégias abordadas.

Do mesmo modo, são as avaliações externas de cunho ambiental, onde 80% das empresas atestam o desconhecimento ou a desnecessidade de diagnósticos externos que exponham as falhas relativas à instituição e ao meio ambiente.

Dos 14 indicadores abordados na variável ICMQA apenas 5,7% são sempre cumpridas pelas empresas estudadas, enquanto 32,86% estão distribuídos entre as vezes e “quase sempre” os outros 61,44% dos indicadores estão distribuídas como ocorrência de nunca ou “quase nunca”, comprovando o baixo nível de compromisso com a qualidade ambiental.

A média de respostas para a formação do ICMQA das empresas analisadas é de 2,15, que de acordo com a classificação dos índices por faixa de escores, é intermediário, um índice ainda muito baixo quando comparado aos problemas socioambientais contemporâneos, mostrando que a sensibilização efetiva dos funcionários e gestores do processo produtivo está comprometida neste âmbito, e, por fim, a responsabilidade com a qualidade ambiental precisa ser discutida e colocada em melhor evidência.

5.3. Educação e conscientização ambiental (ECAM)

A matriz de Educação e Conscientização Ambiental aqui proposta utilizou-se de 10 indicadores que possibilitam que as empresas atrelem diferentes grau de participação socioambiental para cada indicador, conforme apresenta a Tabela 4.

Ao tratar dos assuntos pertinentes à educação e conscientização ambiental, todas as empresas apresentaram resultados insatisfatórios quanto às práticas relacionadas às ações que envolvem principalmente a dinâmicas dirigidas ao público externo.

A pesquisa indica a falta de mobilização entre as famílias de funcionários, fornecedores e iniciativas de conscientização ambiental. É importante salientar que entre os principais fornecedores das empresas calçadistas em questão, estão às associações de reciclagem que vendem cerca de 70% da borracha utilizada na produção. No entanto, o contato entre instituição e fornecedor é dado somente pelas transações de compras de matéria-prima, não citando qualquer envolvimento ou interesse das empresas no gerenciamento das bases do processo produtivo.

Da mesma forma é repetido o comportamento das empresas diante das campanhas direcionadas à comunidade. 100% das empresas “nunca” e “quase nunca” promovem algum tipo de atividade que mobilize e conscientize a população local sobre métodos que possam

ser adotados para amenizar danos ambientais, ou ao menos, repasse de informações sobre o uso e descarte devido dos produtos vendidos para a localidade.

Tabela 04 – Distribuição relativa da situação das empresas do setor calçadista em relação aos indicadores de Educação e conscientização ambiental (ECAM) – CRAJUBAR/CE – 2018.

INDICADOR	Nunca	Quase	As Quase	Sempre	nunca	vezes	sempre
Ações voltadas para a proteção ou qualidade do meio ambiente	1	1	3	0	0		
Campanhas de conscientização e educação ambientais dirigidas a familiares de empregados	5	0	0	0	0		
Campanhas de conscientização e educação ambientais dirigidas a fornecedores	4	1	0	0	0		
Campanhas de conscientização e educação ambientais dirigidas a consumidores	4	0	1	0	0		
Campanhas de conscientização e educação ambientais dirigidas a comunidades	4	1	0	0	0		
Campanhas (apoia ou participa) de projetos educacionais em parceria com Organizações não governamentais e ambientalistas	5	0	0	0	0		
Campanhas educativas regulares com seus empregados de incentivos sobre temas ambientais	2	1	2	0	0		
Campanhas periódicas internas junto a seus funcionários para incentivar a reciclagens	0	0	4	1	0		
Campanhas periódicas internas de redução do consumo de água e de energia	2	1	2	0	0		
Campanhas periódicas internas de educação para o consumo consciente	2	1	2	0	0		
ESTATÍSTICA DESCRITIVA DA VARIÁVEL							
MÉDIA	1,72	MÍNIMO	1,2	MÁXIMO	2,4		

Fonte: Dados primários, 2018

Atualmente, as tecnologias de informação (TIs) se configuram como forma de interação entre as empresas e o cliente, através da divulgação por redes sociais e sites. Essa alternativa adotada facilita a comunicação, possibilita a promoção dos serviços, amplia e aprimora o relacionamento como o eixo final: o consumidor. Com isso, as ferramentas de TIs são capazes de influenciar e mobilizar pessoas em causas relevantes, sobretudo, o arsenal de máquinas modernas e os procedimentos que qualificam os produtos.

Partindo desse pressuposto, apenas uma das empresas cita no conteúdo a preocupação em trabalhar com a responsabilidade de mitigar os danos causados no processo de fabricação,

as demais empresas, entretanto, sequer mencionam algum envolvimento em assuntos ambientais.

Nas circunstâncias em que a diferenciação de produtos e serviços é fator determinante para subsistência no mercado, os temas ambientais não são visados ainda, nem ao menos como estratégia mercadológica. Seria utópica, em vista disso, idealizar as premissas da responsabilidade ambiental e social concretizadas nas rotinas dessas empresas que ainda estão presas em posturas antiquadas de comercialização e centradas nos interesses individualistas de crescimento. Essa particularidade é consolidada com a interrogação sobre interações com organizações não governamentais. Neste caso, nenhuma das cinco empresas mantém vínculos ou demonstram intenções em buscar parcerias para desenvolvimento de ações solidárias.

As interações com diferentes tipos de sociedade permitem com maior facilidade uma visão aprofundada do modo de atuação e conseqüentemente uma maior capacidade na adoção de estratégias que minimizem as omissões do processo de fabricação. O contato dessas empresas apenas com agentes do mesmo segmento tende a estagnar uma percepção aprimorada do modo de conduzir os trabalhos. Mesmo com a existência de ONGs que abordam os mais variados temas no entorno das fábricas, as cinco empresas justificam a ausência com esse tipo de parcerias por falta de conhecimento de instituições locais que compartilhe dos mesmos interesses e que venham agregar valor para os dois lados.

Nos indicadores da educação e conscientização ambiental, a reciclagem é o ponto mais efetivo em meio aos outros tópicos relacionados ao tema. É possível verificar um forte estímulo para redução no descarte de matérias-primas utilizadas na produção, principalmente pela presença de diferentes máquinas que permitem que essas empresas trabalhem com objetos diversificados e que por sua vez possibilita uma drástica redução no descarte de materiais.

Em uma das empresas, a presença de política que rejeita qualquer descarte de insumos, desencadeia uma comunicação mais clara entre os empregados no que diz respeito aos incentivos à reciclagem. As demais empresas, por sua vez, garantem esse tipo de informação apenas para alguns setores ou funcionários específicos, que em geral, atuam diretamente com a destinação dos resíduos.

A comunicação substancial repassada para os funcionários reflete em operações instintivas perante os deveres com a reciclagem e a redução de água e energia, podendo-se afirmar, em vista disso, a inexistência de campanhas incentivadoras e educacionais para

essas ações e apenas orientações mandatórias nos procedimentos de aproveitamento de materiais e despesas de bens de consumo.

Nessa perspectiva, os indicadores da ECAM mostram uma média de 1,72. Essa média pouco expressiva se justifica porque 72% das ações indicadas não são cumpridas pelas empresas, destacando-se em meio dessas, a falta de relacionamentos com ONGs e familiares dos empregados. Outros 26% dos indicadores são qualificados como “às vezes” e apenas 2% como “quase sempre”.

5.4 Gerenciamento dos impactos sobre o meio ambiente (GISMA)

A variável de gerenciamento dos impactos ambientais é utilizada para avaliar o nível das interferências das ações de produção sobre o ambiente e como as empresas calçadistas do CRAJUBAR colaboram para mitigar os resultados negativos do processo. Vale salientar que quando se trata de impactos sobre o meio ambiente será relevante a análise de cunho socioambiental, visto que este aspecto traz importante contribuição para a compreensão e gestão dos impactos.

Nesta perspectiva, para realizar a análise foram selecionados 13 indicadores como forma de identificar o comprometimento e sensibilização dos envolvidos no processo produtivo, conforme apresentado na Tabela 5.

Na Tabela 05 pode ser visto que as ações de gerenciamento dos impactos ambientais sobre o meio natural da região de estudo são insuficientes, haja visto que não apresenta propostas, gestão e planejamento.

No processo produtivo a avaliação dos impactos das atividades dos produtos e serviços, como manejo eficiente das técnicas, dos meios de produção, da segurança no trabalho, do acompanhamento da qualidade de vida dos funcionários, do descarte sustentável dos resíduos etc, foi identificado que 80% das empresas nunca precederam tais ações, e os outros 20% das empresas às vezes tem iniciativas nesse sentido. Este fator influencia diretamente no gerenciamento dos impactos, visto que não são observadas pelos gestores às causas dos problemas existentes.

Outro fator agravante dos baixos índices de qualidade de gestão é a substituição de equipamento e atualizações tecnológicas que busquem a redução do impacto ambiental, pois as empresas não possuem uma adequação de equipamentos, assim como a manutenção periódica que visam à diminuição dos impactos. Considerando que o sistema capitalista

trabalha com produtividade e lucro, desfazer-se de maquinário antigo para se enquadrar nos padrões ambientais não é lucrativamente viável, ou seja, a ausência de sensibilização sustentável prevalece.

Tabela 05 – Distribuição relativa da situação das empresas do setor calçadista em relação aos indicadores de Gerenciamento dos Impactos sobre o Meio Ambiente (GISMA) – RM Cariri – 2018

INDICADOR	Nunca	Quase	As Quase	Sempre	nunca	vezes	sempre
Avaliação dos impactos de suas atividades e de seus produtos ou serviços sobre o meio ambiente	4	0	1	0	0	0	0
Substituição de equipamentos e atualizações tecnológicas visando à diminuição de seus impactos ambientais	5	0	0	0	0	0	0
Manutenções periódicas de equipamentos visando a diminuição de seus impactos ambientais	5	0	0	0	0	0	0
Cumprimento das exigências legais no que tange às normas ambientais	0	4	1	0	0	0	0
Atuação para correção de danos ambientais	3	1	0	1	0	0	0
Informações aos consumidores e clientes sobre danos ambientais resultantes do uso e da destinação final dos seus produtos	4	0	1	0	0	0	0
Discussão e apresentação com empregados dos impactos ambientais causados por seus produtos ou serviços	2	3	0	0	0	0	0
Discussão e apresentação com consumidores e clientes dos impactos ambientais causados por seus produtos ou serviços	4	1	0	0	0	0	0
Discussão e apresentação com fornecedores dos impactos ambientais causados por seus produtos ou serviços	3	2	0	0	0	0	0
Discussão e apresentação com comunidades dos impactos ambientais causados por seus produtos ou serviços	4	1	0	0	0	0	0
Adoção de medidas de reciclagem e reuso de perdas e peças defeituosas	0	0	5	0	0	0	0
Compras de fornecedores que comprovadamente tenham boa conduta ambiental	3	2	0	0	0	0	0
ESTATÍSTICA DESCRITIVA DA VARIÁVEL							
MÉDIA 1,5		MÍNIMO 1,23			MÁXIMO 2,38		

Dados primários, 2018

Quanto à ocorrência do cumprimento das exigências ambientais, 80% das empresas “quase nunca” as realizam e 20% “às vezes”. Já à atuação para correção de possíveis danos, as empresas em sua maioria, 60%, afirma não cumprir, 20% afirma que “quase nunca” cumpre e as outras 20% cumpre às vezes. Essa variável condiz à efetiva interferência das

empresas ao meio ambiente, remediando as ações nocivas que elas mesmas produzem ao meio.

Como exposto na Tabela 04, as empresas recorrem à divulgação de serviços através de tecnologias de informação, o que facilita muito o processo de comunicação, na Tabela 04 e variáveis exposto nessa etapa, 80% das empresas não utiliza esse meio para alertar seus consumidores e clientes a respeito do uso e descarte de seus produtos, 20% das empresas garantem que às vezes têm esse hábito. Este fato possibilita concluir que a atenção dada à conscientização dos clientes/consumidores é praticamente nula, e acarreta em imensuráveis danos a natureza e ao meio social.

Dando prosseguimento a análise, 73,3% das empresas, não possui uma discussão a respeito dos impactos que sua produção causa para os clientes, nem ao fornecedor de matéria prima e insumos e para a comunidade, 26,7% afirmam que quase nunca realiza tal discussão. Conseqüentemente se torna um entrave à realização de gestão de impactos sobre o meio ambiente, partindo do pressuposto de que todo planejamento e gestão tem início pela discussão das causas e conseqüências das ações, e posteriormente colocar em prática.

Quanto aos indicadores analisados, em 85,94% deles, as empresas responderam como “nunca” ou “quase nunca” praticaram tais ações, enquanto que apenas 14,6% afirmam que “às vezes” ou “quase sempre” as cumprem. Alcançando assim uma média baixa de 1,5, o que corrobora para a crítica de que o setor calçadista não se dedica a uma boa gestão de impactos, embora saibamos que cabe às empresas adotarem nas dimensões competitivas a questão ambiental como forma de sobrevivência no mercado, tendo o tripé formado pelo setor econômico, social e ambiental como princípios básicos e indispensáveis.

5.5 Minimização de entradas e saídas (MINIES)

Esta variável trata do bom uso dos materiais destinados à produção, visto que é cobrado das indústrias e empresas que qualifiquem o padrão tecnológico dos processos, partindo de uma redução de produtos nocivos à saúde, recursos naturais (matérias-primas, água, energia), bem como a destinação correta de resíduos, a fim de promover o uso de matérias renováveis, desenvolverem processos de mensuração e monitoramento do processo de produção e consumo dos recursos naturais, estabelecendo gradualmente metas sustentáveis a alcançar.

A matriz de Minimização de Entradas e Saídas (Tabela 06), aborda 08 indicadores que possibilitam relacioná-los aos parâmetros das cinco formas de ações para a distribuição de ocorrências da variável analisada.

Tabela 06– Distribuição relativa da situação das empresas do setor calçadista em relação aos indicadores de Minimização de entradas e saídas (MINIES) – CRAJUBAR/CE –2018

INDICADOR	Nunca	Quase	As Quase	Sempre	nunca	vezes	sempre
Utilização de fontes alternativas de energia e de matérias-primas nocivas ao meio ambiente	0	0	0	0	0	0	0
Economia de gastos com energia elétrica	0	0	0	5	0		
Uso racional de água	0	0	1	4	0		
Medição e monitoramento periódico dos aspectos ambientais significativos relacionados ao consumo de recursos naturais e à produção de resíduos estabelecendo periodicamente novas metas	2	1	1	1	0		
Medidas para a redução da produção de resíduos (sólidos, líquidos, orgânicos, etc).	1	2	2	0	0		
Utilização de produtos advindos de atividades que não prejudiquem o meio ambiente.	0	5	0	0	0		
Destinação de resíduos (sólidos, líquidos, orgânicos etc.) de forma a não agredir o meio ambiente.	0	3	1	1	0		
Submissão de produtos acabados a ensaios mecânicos para controle da qualidade	0	0	0	1	4		
ESTATÍSTICA DESCRITIVA DA VARIÁVEL							
MÉDIA 2,85		MÍNIMO 1			MÁXIMO 3,37		

Fonte: Dados primários, 2018

Esta variável apresenta uma significativa melhora em relação as outras até aqui analisadas, pois o bom emprego das alternativas gera lucro imediato às indústrias e empresas, exceto com a primeira variável referente à utilização de fontes alternativas de energia e de matérias primas nocivas no setor calçadista de CRAJUBAR, que nunca teve nenhuma forma de adaptação em nenhuma (100%) das empresas. O indicativo de economia de energia tem também 100% de afirmação de que “quase sempre”, e quanto ao uso racional da água, 20% das respostas foram de “às vezes” e, o percentual de 80% restante relata que quase sempre ocorre a economia da água. Estes fatores citados são diariamente cobrados pelas gestões de empresas e pela sociedade.

Os pontos que exploram a questão da disposição dos resíduos adquiridos através da produção dos calçados, sem dúvida o mais importante, partindo do pressuposto de que a forma de como as empresas destinam seus resíduos produzidos é a exata maneira de pensar

o meio ambiente. Com isso, a utilização de produtos que não agridam o ambiente e a presença de medidas que reduzam os resíduos tiveram um percentual médio de 80% das empresas que “quase nunca” as realizam e 20% se dividem entre “às vezes” e “quase sempre”.

Quanto aos ensaios mecânicos para controle de qualidade dos produtos, procurou-se analisar a qualidade ambiental dos produtos, muito embora fosse encarada como a durabilidade e aceitação do consumidor, diante disso, obteve-se que 20% das empresas tem ocorrência de quase sempre, enquanto que 80% apontam que “sempre” houve essas formas de submissão e teste de qualidade.

Em uma análise geral, entre os indicadores listados na Tabela 06, 30% quase sempre é seguido, essa porcentagem seria eminentemente satisfatória se por outro lado não houvesse cerca de 22,5% dos indicadores destacados como nunca são seguidos, 20% “quase nunca”, 17,5 “às vezes” e apenas 10% “sempre” segue à risca cada indicador. Entretanto, a média de 2,85 aponta que as respostas tendem para “às vezes” ou “quase sempre”, indicando para uma mínima esperança quanto à responsabilidade do sistema.

É necessário assim, destacar que o monitoramento dos meios de produção é de extrema importância para o melhoramento do sistema produtivo calçadista, visto que permite o acompanhamento do uso dos recursos naturais e o descarte dos resíduos, procurando metas sustentáveis a cumprir periodicamente.

5.6 Compromisso com a melhoria do ambiente de trabalho (CMAT)

O Compromisso com a Melhoria do Ambiente de Trabalho (CMAT) sinaliza o patamar em que as empresas pesquisadas encontram-se em relação ao bem-estar no ambiente de trabalho, ou seja, o que ocorre de satisfatório que propicie maior produtividade e qualidade laboral. Para tanto, foi utilizado 09 indicadores que possibilitam que as empresas possam relaciona-las aos cinco níveis de ocorrência, conforme apresentado na Tabela 07.

Tabela 07– Distribuição relativa da situação das empresas do setor de calçadista em relação aos indicadores de Compromisso com a melhoria do ambiente de trabalho (CMAT) – CRAJUBAR/CE – 2018.

INDICADOR	Quase sempre	Nunca	As vezes	Quase Sempre	nunca	vezes
Recebimento e manuseio adequado de materiais	0	0	3	2	0	
Cuidados com a saúde, segurança e condições de trabalho	0	0	3	2	0	
Compromisso com o desenvolvimento profissional e a empregabilidade	0	0	5	0	0	
Política de remuneração, benefícios e carreira	0	0	4	1	0	
Diálogo e gestão participativa	0	0	3	2	0	
Cumprimento de exigências legais relativas ao trabalho	0	0	0	4	0	
Ações para inibir o uso do trabalho infantil, inclusive em associação com outras organizações	0	1	4	0	0	
Atração e retenção de mão de obra especializada	0	0	3	2	0	
Formas de cooperação ou parcerias entre produtores/destes com centros de capacitação profissional, assistência técnica e instituto de ensino e pesquisa.	0	2	3	1	0	
ESTATÍSTICA DESCRITIVA DA VARIÁVEL						
MÉDIA 3,31		MÍNIMO 3		MÁXIMO 3,77		

Fonte: Dados primários, 2018

Com base na análise da Tabela 07, notou-se que 60% das empresas analisadas “às vezes” fazem o bom manuseio dos materiais e 40% “quase sempre”. Esse resultado demonstra que as empresas têm um perfil fixo de produção, sem inovação ou maior participação entre os funcionários, esses apenas chegam e desempenha suas funções, sem questionamentos entre as partes envolvidas do processo, impossibilitando de alcançar o máximo em manuseio dos materiais. Esses mesmos percentuais supracitados se mostraram presentes quanto aos cuidados com a saúde e segurança do trabalhador no setor calçadista. Esse indicador deveria ter alcançando um resultado bem mais satisfatório, pois trata diretamente do condicionamento físico dos empregados em suas funções.

Quanto à formação e qualificação profissional, as empresas, em sua totalidade, indicaram que “às vezes” percebem o compromisso da empresa nesse ponto já em relação a políticas de remuneração, benefícios, carreira e gestões participativas, (90%) “às vezes”

ocorrem (10%) “quase sempre” possuem esses direitos e métodos. Essa é uma problemática contemporânea, pois as empresas querem profissionais prontos e não compreendem que o processo de qualificação é gradativo e deve sempre está em construção.

Esses indicadores sinalizam que o compromisso da empresa ou indústria em condicionar o bem-estar dos funcionários aumenta a produtividade e qualidade de vida profissional destes, partindo da prerrogativa que o ambiente de trabalho está inteiramente ligado aos resultados, quer seja positivo ou negativo, dos envolvidos.

O sistema capitalista exige dos profissionais que se qualifiquem e se especializem-se em sua função a fim de se manter no mercado de trabalho, algumas empresas oferecem aos seus colaboradores essa formação interna e exerce uma atração e retenção da mão de obra especializada, embora das empresas pesquisadas 60% delas apenas as vezes realizam esse tipo de iniciativa já nas outras 40% “quase sempre” ocorrem essas iniciativas que deveriam sempre acontecer, pois desse modo a empresa valoriza seu corpo efetivo e mantém o compromisso de melhoria no ambiente de trabalho.

De todos os indicadores analisados, 35,5% “quase sempre” é desenvolvido pelas empresas, 60% ” às vezes” têm iniciativas nesses parâmetros, sem nenhuma especificação de periodicidade nem recursos, ou seja, é um evento esporádico. Já o restante, 4,5%, quase nunca se quer é levado em conta pelo corpo administrativo das empresas. Logo, mesmo compreendendo que a empresa é responsável pela qualidade do ambiente de trabalho, pouco têm sido para garantir essas melhorias.

A média geral da variável de nível alto chegando a 3,31, isso significa que as empresas, com resultados inferiores, tendem ao passar do tempo, a partir de tomadas de decisões e medidas corretas de desenvolvimento local, alcançar melhores resultados.

Esses resultados podem variar entre as faixas: mínima de 3 e máxima de 3,77.

5.7 Compromisso com a responsabilidade social (CRS)

O Compromisso com a Responsabilidade Social proposto aqui selecionou 13 indicadores que se relacionam e possibilitam que as empresas analisadas possam associar suas atividades aos cinco níveis de ocorrência trabalhados na pesquisa.

Tabela 08 – Distribuição relativa da situação das empresas do setor calçadista em relação aos indicadores de Compromisso com a responsabilidade social (CRS) – CRAJUBAR/CE – 2018

INDICADOR	Quase nunca	Nunca	As vezes	Quase sempre	Sempre
Participação em projetos sociais governamentais	2	2	1	0	0
Envolvimento e financiamento de ações sociais – trabalhadores	1	1	3	0	0
Envolvimento e financiamento de ações sociais – comunidades	0	2	3	0	0
Ações práticas relativas a lazer, cultura e educação física	0	3	2	0	0
Ações voltadas para a formação da cidadania	2	3	0	0	0
Gerenciamento do impacto da empresa na comunidade de entorno	0	0	5	0	0
Relações com organizações locais	0	3	2	0	0
Fornecedores observam requisitos socioambientais	3	2	0	0	0
Crítérios de seleção e avaliação de Fornecedores	1	4	0	0	0
Estratégia de governança e transparência de sua gestão socioambiental	1	3	1	0	0
Diálogo e engajamento das partes interessadas	1	3	1	0	0
Compromisso com a não discriminação e promoção da equidade racial e de gênero	0	0	2	3	0
Preocupação mais estrutural com o desenvolvimento local orienta ações relativas à estrutura produtiva e à gestão empresarial de forma geral	0	1	4	0	0
ESTATÍSTICA DESCRITIVA DA VARIÁVEL					
MÉDIA 2,25		MÍNIMO 1,61		MÁXIMO 2,84	

Dados primários, 2018

Esta variável (Tabela 08) coloca em evidência os aspectos sociais relacionados a produção do setor calçadista da conurbação CRAJUBAR e é capaz de considerar as políticas e ações públicas de sustentabilidade como: o gerenciamento dos resíduos sólidos, a equidade social e aspectos econômicos de desenvolvimento local, suficiente para garantir o bom funcionamento de todo o sistema.

Foi possível identificar que o envolvimento das empresas com o âmbito sociopolítico ainda é irrelevante, pois a participação em projetos sociais e governamentais não ocorrem com frequência (40% “nunca”, 40% “quase nunca” e 20% às vezes). Esses percentuais

mostra a mínima preocupação de retorno de ações frente as problemáticas sociais e ambientais.

As empresas não exercem envolvimento e financiamento de ações sociais a trabalhadores nem a comunidade de forma favorável e as práticas de lazer, cultura e educação física destes ocorrem “quase nunca” (60%) e “às vezes” em 40% das empresas pesquisadas. Em relação aos aspectos sociais, como a cidadania, 40% das empresas nunca tiveram iniciativas de potencialização de direito nem de reconhecimento e em 60% quase nunca tiveram iniciativas nessas prerrogativas. Esses dados mostram a necessidade de melhores políticas de ações sociais voltadas para o setor privado em especial às empresas do setor calçadista da conurbação CRAJUBAR, pois apresentam um perfil irregular quanto a formação para a cidadania.

Os indicadores que regem a forma organizacional entre as empresas e seus entornos apresentam dados ainda mais alarmantes, todas as empresas afirmam que as vezes, sem nenhuma programação preestabelecida, atual em direção aos impactos causados. Quando associa essa organização ao modo estrutural da sociedade do entorno ou causas ambientais a situação se agrava ainda mais, pois as respostas só variam entre “nunca” e “às vezes”. Esta situação se justifica quando observado os indicadores seguintes, onde é identificado que as empresas não têm estratégias de governança e transparência de sua gestão socioambiental, muito menos diálogo e engajamento das partes interessadas no processo produtivo. Esse é um espelho simples e comum da realidade local, onde as empresas visam o lucro e a produtividade, sem considerar a qualidade de vida humana e ambiental.

Um fato que vale destacar e dar a devida importância é que o indicador compromisso com a não discriminação e promoção da equidade racial e de gênero, foi o que apresentou melhor resultado entre todos os analisados, onde 40% responderam “às vezes” e 60% “quase sempre”. Ainda não é ideal, mas apresenta um caminho sólido contra o preconceito, ação esta que deve ser seguida não só pelo setor aqui em análise, e sim por toda a sociedade.

O indicador que tem destaque nesta pesquisa, por tratar de forma direta o tema aqui em construção, relaciona a preocupação mais estrutural com o desenvolvimento local e suas orientações para ações relativas à estrutura produtiva com a gestão empresarial de forma geral identificou um problema, pois 80% das empresas apenas “às vezes” se preocupam com questões desses parâmetros e 20% “quase nunca” as tem. Essa conjuntura chama a atenção para a emergência de políticas públicas voltadas para a conscientização do setor privado, através de punições e benefícios.

Em uma abordagem geral, tem-se que de todos os indicadores analisados nesta variável 41,5% deles quase nunca é seguido, 16,9% “nunca” é seguido, 36,9% “às vezes” e 4,7% “quase sempre” é seguido. Pode-se evidenciar que a questão socioambiental ainda é algo utópico, principalmente quando direcionado um olhar para a média da variável que é de 2,25, ou seja, as empresas sequer preocupam “quase nunca” com problemas dessa natureza, podendo ser reduzido para “nunca” ou no máximo elevar para “às vezes”.

5.8 Considerações sobre o Índice de Responsabilidade Socioambiental - IRSA

Conforme apresentado metodologicamente, o IRSA é calculado a partir da média ponderada entre todos os índices utilizados na pesquisa, construiu-se assim, a Tabela 09:

Tabela 09 -Distribuição absoluta por classificação no Índice de Avaliação da Responsabilidade Socioambiental CRAJUBAR – 2018

Escala de Classificação	ÍNDICES						
	CMQA	ECAM	GISMA	MINIES	CMAT	CRS	IRSA
Muito baixo	–	–	–	–	–	–	–
Baixo	–	1,74	1,5	–	–	–	–
Intermediário	2,15	–	–	2,85	–	2,25	2,36
Alto	–	–	–	–	3,71	–	–
Muito alto	–	–	–	–	–	–	–

Fonte: Dados primários, 2018

Num ranking das dimensões que apresentam o melhor desempenho relativo à responsabilidade socioambiental, dispõem-se o Compromisso com a Melhoria do ambiente de Trabalho 09 - CMAT (3,71). Essa dimensão apresentou melhor resultado, classificado como alta responsabilidade sócio ambiental, embora não tenha atingindo o nível máximo.

Em contrapartida, as dimensões: Educação e Conscientização Ambiental - ECAM (1,74) e o Gerenciamento dos Impactos Sobre o Meio Ambiente - GISMA (1,5), apresentaram os piores resultados, sendo classificados em um nível de “baixa” responsabilidade socioambiental.

Em um meio termo encontra-se as dimensões: Minimização de Entradas e Saídas – MINIES (2,85), Melhoria da Qualidade Ambiental - CMQA (2,15) e Compromisso com a responsabilidade social - CRS (2,25), onde ambas se encontram em um nível intermediário de responsabilidade socioambiental.

O Índice de Responsabilidade Socioambiental IRSA foi de 2,36, representando um nível intermediário geral de responsabilidade social no setor calçadista, mais especificamente nas empresas de solados injetados. Informação essa que corrobora a extrema necessidade de um melhor engajamento em nível social e ambiental deste setor, trata-se da necessidade do reconhecimento deste índice como fragilidade do setor e torna-la ferramenta para o melhoramento das políticas internas e externas da conjuntura empresarial.

Segundo Alves (2016) as fragilidades em dimensões estratégicas para determinar o comportamento das empresas no futuro, com vistas à legitimação de suas práticas socioambientais, como Melhoria da qualidade ambiental e Educação e conscientização Ambiental, não constroem perspectivas de intervenções sistêmicas por parte do empresariado do segmento. Assim, a atuação em prol da RSA, tão fundamental para orientar qualquer processo de mudança de valores empresariais, continua restrita à prática isolada de medidas reparatórias, limitadas às determinações legais, fragmentadas e com pouco potencial de estabelecer dinâmicas contínuas e integradas.

Desta forma, a responsabilidade socioambiental em seu caráter sistêmico, conectada a padrões de excelência empresarial, mas igualmente à princípios comportamentais e valores éticos, participante e determinante, em instância maior, de padrões de desenvolvimento sustentável, passa longe do setor, como atestam os limitados índices de suas dimensões: índice geral intermediário de 2,36.

Pode-se destacar que essa situação pode ficar ainda pior quando analisado os índices separadamente, conforme apresentado na Tabela 10.

Tabela 10 -Distribuição individual dos índices para as empresas do CRAJUBAR – 2018

EMPRESAS	ÍNDICES						
	CMQA	ECAM	GISMA	MINIES	CMAT	CRS	IRSA
A	2,3	2	1,6	3,1	3,5	2,6	2,5
B	3	2,5	2,3	3,3	3,7	2,8	2,9
C	2,1	1,7	1,3	2,8	3,1	2,3	2,2
D	1,4	1,2	1,2	1	3,1	2	1,6
E	1,7	1,3	1,2	2,5	3	1,6	1,8

Fonte: Dados primários, 2018

Percebe-se (Tabela 10) que uma empresa em especial proporcionou o alcance do índice geral de RSA como intermediário, trata-se da empresa B que apresenta os maiores resultados para todos os índices. Esses valores individuais apontam que sem sua participação

os resultados seriam ainda piores, o IRSA atual de 2,36, intermediário, cairia para 2,0, classificado como Baixo, comprometendo ainda mais o nível de responsabilidade.

O índice de Compromisso com a melhoria do ambiente de trabalho foi o único índice que todas as empresas atingiram seus maiores resultados, alcançando, conjuntamente, o nível “Alto” de responsabilidade socioambiental. Nos demais índices apenas as empresas A e B conseguiram alcançar esse resultado novamente.

O Índice de Gerenciamento dos impactos sobre o meio ambiente foi o que apresentou os piores resultados, o maior foi de 2,3 “intermediário” alcançado pela empresa B e o menor de 1,2, “Baixo” pelas empresas D e E. A empresa A embora não tenha alcançado um nível satisfatório tanto quanto a empresa B, apresentou o segundo maior resultado, com o IRSA de 2,5, “Intermediário”. A empresa C também alcançou o nível “Intermediário” com, 2,2 e as empresas D e E, não conseguiram sair do nível baixo de responsabilidade socioambiental, com 1,6 e 1,8, respectivamente.

Nesta perspectiva, é perceptível que o resultado geral do IRSA, “Intermediário” com 2,36 teve sua formação firmada nos resultados da empresa B, que graças a sua interação entre as dimensões econômica, social e ambiental, foi capaz de elevar a responsabilidade não só da empresa, mas de todo o setor aqui analisado.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É fato que as empresas têm um papel muito importante como agente de melhorias na qualidade de vida da sociedade, redução das desigualdades sociais e da degradação do meio ambiente. Nesta perspectiva, o presente trabalho objetivou avaliar a Responsabilidade Socioambiental das indústrias do setor calçadistas na conurbação CRAJUBAR/CE.

O setor calçadista tem significativa representatividade econômica para a região aqui em estudo, suficientemente capaz de causar transformações no cenário social e ambiental, pois as empresas do segmento de solados injetados agem direto ou indiretamente com o tripé do desenvolvimento sustentável, o que justifica a necessidade de uma responsabilidade socioambiental compatível com a magnitude do setor. Entretanto, a pesquisa mostrou que este caminho não está sendo seguido.

A variável ICMQA mostrou que as empresas praticamente não se comprometem com a qualidade ambiental, principalmente quando se leva em conta sua média em relação aos problemas socioambientais contemporâneos. Isso mostra que a sensibilização efetiva dos funcionários e gestores do processo produtivo está negativamente comprometida neste âmbito, e que a responsabilidade com a qualidade ambiental precisa ser discutida e colocada em melhor evidência.

O ECAM mostrou que a reciclagem é o ponto mais efetivo em meio aos outros tópicos relacionados ao tema. É possível verificar um forte estímulo para redução no descarte de matérias-primas utilizadas na produção, principalmente pela presença de diferentes máquinas que permitem que essas empresas trabalhem com objetos diversificados e que por sua vez possibilita uma drástica redução no descarte de materiais. Embora ainda necessite de melhor relacionamento com associações e cooperativas de reciclagem.

Já o GISMA foi capaz de reafirmar a ideia que já norteia o setor calçadista há algum tempo, a de que o setor calçadista de solados injetados não se dedica a uma boa gestão de impactos ambientais, visto que cabe principalmente às empresas inserir nas dimensões da competitividade a questão ambiental como forma de sobrevivência no mercado, tendo o tripé formado pelo setor econômico, social e ambiental como princípios básicos e indispensáveis.

O MINIES mostrou que embora a maioria das empresas quase sempre segue os indicadores da variável, ainda é indispensável o monitoramento dos meios de produção que são de extrema importância para o melhoramento do sistema produtivo calçadista, visto que

permite o acompanhamento do uso dos recursos naturais e o descarte dos resíduos, procurando metas sustentáveis a cumprir periodicamente.

O CMAT uma mínima esperança quanto a responsabilidade do sistema produtivo da região. Pois mesmo compreendendo que a empresa é responsável pela qualidade no ambiente de trabalho, pouco tem sido para garantir melhoras.

Por fim o CRS trouxe à tona um grave problema das empresas apenas às vezes se preocupam com a responsabilidade social. Essa conjuntura chama a atenção para a emergência de políticas públicas voltadas para a conscientização do setor privado, através de punições e benefícios.

Dessa forma, a responsabilidade socioambiental em seu caráter sistêmico, conectada a padrões de excelência empresarial, mas igualmente a princípios comportamentais e valores éticos, participante e determinante, em instância maior, de padrões de desenvolvimento sustentável, passa longe do setor, como atesta o limitado índice de suas dimensões e índice geral “intermediário”. Esse resultado merece muita atenção, pois sua formação foi pautada, nos escores de uma empresa em especial, a empresa B, que apresentou os maiores números para todos os índices construídos, influenciando assim o resultado geral da RSA, capaz de elevar o resultado de todas as outras empresas estudadas. Isso demonstra a fragilidade do setor em interagir de forma sustentável com a dimensão social e ambiental da região em estudo.

Pode-se evidenciar que a questão socioambiental ainda é frágil, principalmente quando direcionado um olhar para o setor calçadista da conurbação CRAJUBAR. Contudo, é necessário ir além das limitações aqui apresentadas, trata-se cumprir as obrigações legais, e adotar uma visão holística para os novos paradigmas, bem como a adesão de uma postura ética e transparente, em busca de um relacionamento de longo prazo com todas as partes interessadas. Mesmo que seja grande a dificuldade da conciliação do lucro com a parte socioambiental, face os problemas do Estado, é necessário fomentar parcerias com organizações que tenham a finalidade de preservar o meio socioambiental para as gerações posteriores, ou seja, formar parcerias com entidades que prezam o pensamento do desenvolvimento sustentável.

Como proposta para trabalhos futuros, sugere-se a utilização de maior número de indicadores de acordo com o setor pretendido para a análise.

7 REFERÊNCIAS

- ABICALÇADOS. **Associação Brasileira Das Indústrias De Calçados**. Associados. Disponível em: < <http://www.abicalçados.com.br/site/associados.php>>. Acesso em: 04 mar. 2018.
- ABICALÇADOS: **Relatório Setorial: Indústria de Calçados/ Brasil**. São Paulo, 2018.
- ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campello do A.; BEZZERA, Gustavo das Neves. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- ACSERALD, H. **As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais**. In: VÁRIOS AUTORES. **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. p. 7-12.
- ACSERALD, H.; MELLO, C.C. do A.; BEZERRA, G. das N. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009
- ALMEIDA, J. R. M. Et. Al. **Gestão Ambiental: planejar, avaliação, implantação, operação, verificação**. Rio de Janeiro: Thex Ed, 2000.
- ALMEIDA, Jalcione. **“A Problemática do Desenvolvimento Sustentável.”** **Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade?** Editado por Dinizar Fermiano Becker. Santa Cruz do Sul, SC: EDUNISC, 2002.
- ALVES, C. L. B. **Responsabilidade socioambiental: uma avaliação do setor de cerâmica na região metropolitana do cariri – Ceará**. Fortaleza, 2017.
- ALVES, E. J; MANÃS, A. V. **A Vantagem Competitiva por meio da Responsabilidade Socioambiental em Indústrias do Setor de Eletroeletrônicos**. Rio de Janeiro, 2019.
- ANDRADE, Adriana; ROSSETTI, José Paschoal. **Governança Corporativa: fundamentos, desenvolvimento e tendências**. São Paulo: Atlas, 2007.
- ANDRADE, Daniela; MACARENCO, Isabel: **Responsabilidade Social e Ambiental para Desenvolvimento Sustentável: A Dimensão Comunicacional**, 2009.
- ANDRADE, J. E. P.; CORREA, A. R. **Panorama da Indústria Mundial de Calçados, com Ênfase na América Latina**. BNDES Setorial, Rio de Janeiro, 2001.
- ANDRADE, Roberto Paulo César de. **Estado, sociedade civil e empresa, o papel das fundações no conceito atual de filantropia**. 1o Encontro das Fundações Privadas e o Ministério Público no Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, mai. 1996, p.16-17.
- ASHLEY. P.. **Ética e responsabilidade social nos negócios**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2005.
- BARBIERI, J. C. **Gestão Ambiental. Gestão Ambiental Empresarial: conceitos, modelos e instrumentos**. 2ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

_____. **Desenvolvimento e meio ambiente: as estratégias de mudanças da agenda 21**. 3 ed Petrópolis. Vozes 1997.

BATTAGELLO, LIGIA ANTONIO: **Responsabilidade Social Empresarial e Parcerias Sociais Modelo Relacional e Estudo de Caso**, 2013.

BEZERRA, L.N. A; Mariano, Igor Bezerra: **migração da indústria de calçados para região do cariri: juazeiro do norte-ce**, 2013.

BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à análise do discurso**. 7. Ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998.

BRAZ, A. M. G. **Formação e valorização dos profissionais da educação: por um efetivo SNE**. In: FRANÇA, M. (org.). Sistema Nacional de Educação e o PNE (2011-2020): diálogos e perspectivas. Líber Livro, Brasília DF, 2009. p.153-172.

BURCKEART, T. **O meio ambiente também sofre com a crise política**. 2016.

CARVALHO, I. C. M. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. 3ªed. São Paulo: Cortez, 2008.

CAVALCANTE, I: **Indústrias Do Cariri Exportam O Triplo Em 2017**. disponível em <<https://www.opovo.com.br/jornal/economia/2018/02/industrias-do-caririexportaramotriplo-em-2017.html>> acesso em 23 de março de 2018

CAVALCANTI, Clóvis. **Sustentabilidade da economia: paradigmas alternativos de realização econômica**. In CAVALCANTI, Clovis (org.) Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez; Recife – PE: Fundação Joaquim Nabuco, 1995.

CHAVES, D. A; CASTELLO, RN. **O Desenvolvimento Sustentável e a Responsabilidade Socioambiental Empresarial**, 2013.

CMMAD. Comissão de meio ambiente e desenvolvimento. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Carlos Chagas, 1998.

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPÉIAS. **Livro Verde: Promover Um Quadro Europeu para a Responsabilidade Social das Empresas**. Bruxelas, julho de 2001.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO - CMMAD. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Agenda XXI. Brasília: Senado Federal**, 1997.

CORDEIRO, Rosemary de Matos. **As aglomerações produtivas de calçados, folheados e de jóias do CRAJUBAR (CE): formação, produção, trabalho, implicações**

socioespaciais. 2015. 326 f. Tese - (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, 2015. Disponível em:

<<http://hdl.handle.net/11449/132775>>.

CORREA, Cristiane. **O vôo da fênix. Exame**. São Paulo: Abril, v 796, n 14, 9/jul 2003.

CORRÊA, Stela Cristina Hott. **Projetos de responsabilidade social: a nova fronteira do marketing na construção da imagem institucional**. 1997. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: COPPEAD/CCJE/UFRJ, 1997.

COSTA, C. R. D. C: **uma análise dos principais aspectos da construção calçadista para o desenvolvimento de um solado prototipo perfeito a partir da fibra do côco**, 2013.

COSTA, E. H. **Fundamentos da responsabilidade social empresarial**. Rio de Janeiro: La Salle, 2007b.

COSTA, M. L.; PAIVA, J. M. F.; BOTELHO, E. C.; REZENDE, M. C. **Avaliação térmica e reológica do ciclo de cura do pré-impregnado de carbono/epóxi**. Polímeros: Ciência e Tecnologia, v. 13, nº 3, p. 188-197, 2003.

COSTA, Verlaine Lia; Escorsim, Sérgio; Costa, Deneive Leonor: **Sandálias Havaianas: um case de sucesso brasileiro**, 2007.

DRUCKER, P.F. **The Theory of the Business**. *Havard Business Review*, Sep./Oct, 1994

DRUCKER, Peter F.. **O melhor de Peter Drucker**. São Paulo: Nobel, 2002.

DUPAS, Gioberto. **Meio ambiente e crescimento econômico**. São Paulo: editora UNESP, 2008.

ETHOS – **Instituto Ethos De Empresas E Responsabilidade Social**. Disponível em: . Acesso em: 03 março de 2018.

FEITOSA, Francisco Renato Fernandes; Sousa, Eliane Pinheiro de: **Índice de sustentabilidade ambiental das empresas de calçados de Juazeiro do Norte**, CE, 2013.

FELDMANN, F. **O desenvolvimento e a sustentabilidade**. In: Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social. Projeto Bem Comum: 2º Ciclo de Fóruns. Ano XIII; p. 57-64, 2008.

FERREIRA, Diana Lemes: **a relação entre ocde e a política de formação docente brasileira**, 2010.

FERREIRA, RENATA PRATA: **estudo do efeito da força, do modo da elasticidade e do envelhecimento termomecânico no desgaste abrasivo da borracha de polibutadieno**, 2015.

FILHO, GERSON ROMERO DE OLIVEIRA: **a crise ambiental sob a ótica do modelo de desenvolvimento capitalista**, 2010.

- FLORY, P. J. **Principles of Polymer Chemistry**. New York: Cornell University, 1953.
- FOLADORI, G. **Limites do desenvolvimento sustentável**. Campinas: Unicamp, 2001.
- FOLADORI; TOMMASINO, H. **A solução técnica para os problemas ambientais**. *Contra Corrente*, ano 3, n. 5, 2011, p.27-28. FOLADORI. **Metabolismo com a natureza**. *Crítica Marxista*. n. 12, 2001b. Disponível em: Acesso em: 02 jul. 2010.
- FONSECA, J. S.; MARTINS, G. A. **Curso de estatística**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1996.
- FONTENELE, S. B.; GUIMARÃES, J. L. S.; SABIÁ, R. J. **Legislação ambiental versus tecnologia limpa: uma reflexão junto ao setor industrial do triângulo Crajubar – Ce**. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 26., 2006.
- FOSTER. **A ecologia de Marx**. Rio de Janeiro: **Civilização Brasileira**, 2005.
- FRANCA, Gilberto Cunha. **O trabalho no espaço da fábrica: um estudo da General Motors em São José dos Campos (SP)**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- FRANÇA, P. X. N.; LEITE, V. D.; PRASAD, S. **Análise dos impactos socioambientais das micro e pequenas indústrias de calçados instaladas na cidade de Campina Grande**. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 38, n. 3, p. 432-445, 2007.
- FRASSETTO, LÍDIA LICINIO: **a indústria de calçados de são joão batista (sc): caracterização do sistema de produção**, 2006.
- GONÇALVES, Daniel Bertoli. **Desenvolvimento sustentável: o desafio da presente geração**. *Revista espaço acadêmico*, N. 51, Agosto de 2005. disponível em www.espaçoacademico.com.br; acesso em março de 2006.
- GONÇALVES, C.W.O. **O desafio ambiental**. Rio de Janeiro: Record 2004.
- GUERRA, Lemuel; FERNANDES, Marcionila; RAMALHO; Deolinda. **“Por uma abordagem sociológica da crise ambiental e do modelo do desenvolvimento sustentável”**. In: DUQUE, Gislaine (Org.). *Agricultura familiar, meio ambiente e desenvolvimento: ensaios e pesquisas em sociologia rural*. Campina Grande: Universitária, 2002, p.17-46
- GUIMARÃES, H. **Responsabilidade social da empresa: uma visão histórica de sua problemática**. *Revista de Administração de Empresas (RAE)*. Rio de Janeiro, v. 24, n. 4, p. 211-219, 1984
- GUIMARÃES, Marco António da Silva: **Estudo do comportamento de uma sola em borracha com sistema de amortecimento**, 2017.
- GUIMARÃES, R. **Desenvolvimento sustentável: proposta alternativa ou retórica neoliberal**. *Simpósio Internacional: O desafio do desenvolvimento sustentável e a geografia política*, 1995.

GUIMARÃES, Roberto Pereira. **“Desenvolvimento sustentável: da retórica à formulação de políticas públicas.”** A geografia política do desenvolvimento sustentável. Editado por Bertha K. Becker e Mariana Miranda. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.

GUTIERREZ, M.B.S. **Do MDL às NAMAS: perspectivas para o financiamento do desenvolvimento sustentável brasileiro.** In: MOTTA, R. S. da et al (Ed.) Mudanças do clima no Brasil: aspectos econômicos, sociais e regulatórios. Brasília: IPEA, 2011. Disponível: . Acesso em:10 set. 2011.

IBGE. **Indicadores de desenvolvimento sustentável - Brasil 2008.** Brasília: IBGE, 2009. Disponível em:<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/recursosnaturais/ids/default.shtm>. Acesso em: 15 de Agosto de 2018.

INDICADORES ETHOS, 2007; CUSTODIO, Ana Lucia de Melo; MOYA, Renato (Coord.). **Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial.** São Paulo: Instituto Ethos, 2007.

INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL - ETHOS. **Manual de primeiros passos de responsabilidade social empresarial.** São Paulo: Industrial Graphics Comunicação, 1998.

IPECE. **Instituto de Pesquisa e Estratégias Econômicas do Ceará,** 2013. Disponível em: <[www.ipece.ce.gov.br /Barbalha resgata terreiradas](http://www.ipece.ce.gov.br/Barbalha%20resgata%20terreiradas)>. Acesso em 03 de agosto de 2018
JUNIOR, JARBAS MARTINS GOMES: **Processo de produção de solados de borracha vulcanizada microporosa expadida por injeção,** 2014.

LEFF, ENRIQUE. **Epistemologia ambiental.** SÃO PAULO; Cortez editora, 2003.

LEROY, J. P. **Ecologia, economia, política e ética: pressupostos do desenvolvimento sustentável.** In: Educação ambiental em debate – 20 anos de Educação Ambiental PósTibilisi. Rio de Janeiro: PUC-Rio/UFRJ, 1997.

LEROY, J.P. **Bens comuns e serviços ambientais.** Proposta: Justiça climática, n. 122, Rio de Janeiro: FASE, 2011.

_____. **Da comunidade local às dinâmicas microrregionais na busca do desenvolvimento sustentável.** In BECKER, Bertha K. e MIRANDA, Mariana. A Geografia política do desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

LEVY, D. L.; NEWELL, P. J. (Ed.). **The business of global environmental governance.** Cambridge, Mass.: MIT Press, 2005.

LIMA, A. M.. **Responsabilidade social corporativa e seus instrumentos de reporte social, econômico e ambiental.** Revista Liberato, Novo Hamburgo. v.9, n.9, p.61-68, 2008.

LIMA, E. S. **Economia ambiental, ecológica e marxista versus recursos naturais.** Revista da FAE, Curitiba, v. 7, n. 1, p. 119-127, 2004.

LIMA, G. F. C. **Educação Ambiental no Brasil: Formação, Identidades e Desafios.** Campinas, SP: Papirus, 2011.

- LIMA, G. F. da C. **O debate da sustentabilidade na sociedade sustentável**, *Revista Eletrônica Política e Trabalho*, set 1997. Disponível em: http://www.cpd1.ufmt.br/gpea/pub/GuLima_sustentabilidade.pdf. Acesso em: 21 jun. 2018.
- LIMA, G.F. da C. de. **Crise ambiental, educação e cidadania**. In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. de (Orgs.). Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania. São Paulo: Cortez, 2002. p. 109-142.
- LINS, João. **Gestão de Pessoas em 2020**. Revista Administração. CRA-RJ: n°. 79, Terceiro Trimestre de 2008.
- LOGAN, David; ROY, Delwin; REGELBRUGGE, Laurie. **Global Corporate Citizenship, Rationale and Strategies**. Washington, D.C.: The Hitachi Foundation, 1997.
- Lovehock, Jones. **A vingança de gaia**. Rio de Janeiro : intriseca, 2006
- LÖWY, M.; BOFF, L. **A natureza e o meio ambiente: limites do planeta**. In: MENEGAT, M.; BEHRING, E. R.; FONTES, V. (Org.). Dilemas da humanidade. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008. p. 75-126.
- LOWY. M. **Ecologia e socialismo**. São Paulo: Cortez, 2005.
- MARTINS, Gilberto Andrade. **Estudo de Caso: uma reflexão sobre a aplicabilidade em pesquisas no Brasil**. Revista de Contabilidade e Organizações. FEARP/USP, v. 2, n. 2, p. 8-18, 2008.
- MASSAROTTO, MARINES: **obtenção e caracterização de compósitos celulares à base de resíduo de sbr proveniente da indústria calçadista**, 2007.
- MATIAS, Iraldo Alberto Alves. **Uma contribuição para a análise crítica do “reflorestamento”: O plantio de pinus em São José do Cerrito – SC**. Florianópolis, 2007. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina.
- MATIAS, Iraldo Alberto Alves; Matias, Rui Carlos Alves: **“Crise ambiental” e “sustentabilidade”: princípios para uma crítica à ecologia política**, 2009.
- MATOS, Marlise. **Cidadania por que, quando, para quê e para quem? Desafios contemporâneos ao estado e à democracia inclusiva**. SD. Mimeog.
- MATTOS, Carlos A. de. **Desenvolvimento sustentável nos territórios da globalização. Alternativa de sobrevivência ou nova utopia?** In BECKER, Bertha K. e MIRANDA, Mariana. A Geografia política do desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.
- MELO NETO, F. P.; FROES, C.. **Responsabilidade social e cidadania empresarial: a administração do terceiro setor**. 2 ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.

- MELO NETO, F.P. de; FROES, C. **Responsabilidade social e cidadania empresarial: a administração do terceiro setor**. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Ed. Qualitymark, 2001.
- MENDES, Lílian: **Responsabilidade social: uma questão cultural**, 2003.
- MÉSZAROS, I. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MILLER, William H. **Citizenship: a competitive asset**. *Industry Week*. Cleveland, 247 (15), p. 104-108, ago. 17, 1998.
- MONTES, RAFAEL KRAMER; SANTOS, VALDIR DOS: **máquina para corte de solado de chinelo**, 2014.
- MORGAN, Gareth. **Imagens da Organização**. São Paulo: Atlas, 1995.
- NETO, Francisco Paulo de Melo e FROES, César. **Responsabilidade Social e Cidadania Empresarial: A Administração do Terceiro Setor**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.
- NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia política**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- OLIVEIRA, Carla Montefusco de: **DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: uma discussão ambiental e social**, 2007.
- OLIVEIRA, J. A. P.. **Uma avaliação dos balanços sociais das 500 maiores**. RAE Eletrônica. v.4, n.1, 2005.
- OLIVEIRA, J.A. 1984 – **Responsabilidade Social em pequenas e médias empresas**. Revista de Administração de Empresas 24 (4), 203-210
- OLIVEIRA, Leandro Dias de: **A geopolítica do desenvolvimento sustentável: reflexões sobre o encontro entre economia e ecologia**, 2012.
- OLIVEIRA, M. de A. S. **A certificação em sustentabilidade (NBR 15401:2006) como fator estratégico de obtenção de vantagens competitivas**. 2013. 319 f. Tese (Doutorado em Administração e Turismo) – Universidade do Vale do Itajaí (Univali), Biguaçu-SC, 2013.
- Oliveira, Marcia Maria Dosciatti de; Mendes, Michel; Hansel, Claudia Maria; Damiani, Suzana: **Cidadania, meio ambiente e sustentabilidade**. 2017
- OLIVEIRA, S. **A releitura dos critérios de justiça na região dos lagos do Rio de Janeiro**. In: VÁRIOS AUTORES. **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. p. 95-130.
- OPES, J. R. M.; MATTOS, U. A. O. **Economia, meio ambiente e gestão empresarial**. In: Congresso Nacional De Excelência Em Gestão, 2002, Niterói. Anais... Niterói, 2002.
- ORTER, M., **Towards a dynamic theory of strategy**. *Strategy Management Journal*, v.12,p.95-117,1991.

OUSA, M. C. et al. **Sustentabilidade da agricultura familiar em assentamentos de reforma agrária no Rio Grande do Norte.** Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 36, n. 1, p. 96-120, 2005

PACTO GLOBAL. **Dez princípios empresariais para transformar o planeta.** Disponível em: <http://www.pactoglobal.org.br/> Acesso em: março 2018.

PEIXOTO, G. et al. **Deslocamento de empresas para os estados do Ceará e da Bahia: O caso da indústria calçadista.** Rio de Janeiro/2002. Disponível em:

<<http://www.fae.edu/publicador/conteudo/foto/332006Deslocamento%20de%20Empresas%20para%20os%20Estados%20do%20Ceará%20e%20da%20Bahia%20-%20O%20Caso%20da%20Indústria%20Calçadista.pdf>>. acesso em : 05 de junho 2018

PEREIRA, S. S.; CURI, R. C. **Meio Ambiente, Impacto Ambiental e Desenvolvimento Sustentável: Conceituações Teóricas sobre o Despertar da Consciência Ambiental,** 2012.

PINTO, D. F. S. **OCDE: uma visão brasileira.** Brasília: IRBr; FUNAG, 2000

PINTO, V. P. S.; ZACARIAS, R. **Crise Ambiental: Adaptar ou Transformar? As diferentes concepções de Educação Ambiental diante deste dilema.** Educação em Foco. vol 14, n. 2, 242 p. 2010.

Pinto, Vicente Paulo dos Santos; Zacarias, Rachel: **Crise ambiental: adaptar ou transformar? As diferentes concepções de educação ambiental diante deste dilema.** Educ. foco, Juiz de Fora, v. 14, n. 2, p. 39-54, set 2009/fev 2010

PORTER, M.; KRAMER, M. **Strategy & Society: The Link Between Competitive Advantage and Corporate Social Responsibility.** Harvard Business Review. Elsevier, v. 84, n.12, p. 78-92, 2006.

RABELO, Nathália de Santana; SILVA, Carlos Eduardo: **modelos de indicadores de responsabilidade socioambiental corporativa,** Aquidabã, v.2, n.1, junho, 2011.

REIS, C. **A indústria brasileira de calçados: inserção internacional e dinâmica interna nos anos 80.** Campinas, 1994.

RODRIGUES, ANDERSON DA SILVA: **avaliação do impacto do projeto hora de plantar sobre a sustentabilidade dos agricultores familiares da microrregião do cariri (ce): o caso do milho híbrido, 2016.**

ROMEIRO, Ademar Ribeiro: **Desenvolvimento sustentável: uma perspectiva econômicoecológica,** 2012.

RUTESKI, Diane. Estudo de caso: **A importância da responsabilidade social na economia global.** Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.7, n.1, p.48-69, TRI I. 2013. ISSN 1980-7031

SACHS, I. Estratégias de Transição para o século XXI: **Desenvolvimento e Meio Ambiente.** São Paulo: Studio Nobel: Fundação do Desenvolvimento Administrativo, 1993.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: EDUSP, 2002.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço; técnica e tempo. Razão e emoção**. SÃO PAULO: HECITEC, 1996

SANTOS, Milton. **Território e Sociedade: Entrevista com Milton Santos**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

SANTOS, A. **A indústria de calçados no estado do Ceará**. Dezembro 2001. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/relato/rs5_gs2.pdf>. acesso em 07 de junho 2018.

SEVERO, E. A.; GUIMARÃES, J. C. F. ; DORION, E. ; NODARI, C. H. **Produção mais limpa com ênfase na sustentabilidade ambiental e performance organizacional: um estudo empírico no sul do brasil**. In: 4th International Workshop Advances in Cleaner Production, São Paulo, 2013. SHARMA, S.; HENRIQUES, I. Stakeholder influences on sustainability practices in the Ca

SEVERO, ELIANA ANDRÉA; GUIMARÃES, JULIO CESAR FERRO DE: **Desenvolvimento Sustentável: Premissas, Realidade e Novas Perspectivas**, 2014.

SILVA, A. F. G.: **DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: Gestão dos Resíduos Sólidos Industriais no Setor Calçadista da Conurbação CRAJUBAR-CE**, 2016.

SILVA, Adriana Hoenisch da; Moraes, Carlos Alberto Mendes; Modolo, Regina Célia Espinosa: **Avaliação ambiental do setor calçadista e a aplicação da análise de ciclo de vida: uma abordagem geral**, 2015.

SILVA, C. E.; MENEZES, E. R.; BARBOSA, M. A. S.; FELIZOLA, M. P. M.. **Evolução da gestão no terceiro setor: estudo de caso do Instituto Socioambiental Árvore**. Revista Campus, Paripiranga. v.1, n.1, p.6-22, 2008.

SINDUDUSTRIA. **Sindicato das Indústrias de Calçados e Vestuário de Juazeiro do Norte e Região**. 2016.

SOUSA, A. C. C.. **Responsabilidade social e desenvolvimento sustentável: a incorporação dos conceitos à estratégia empresarial**. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência em Planejamento Energético) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

SOUSA, Marisa Jacomini de: **a responsabilidade social de empresas privadas como novo elemento na dinâmica democrática do brasil**, 2010.

SOUZA, R. F. P. **Economia do Meio Ambiente: aspectos teóricos da Economia Ambiental e da Economia Ecológica**. In: congresso da sociedade brasileira de economia, administração e sociologia rural, 46., Rio Branco, 2008. Anais... Rio Branco: SOBER, 2008b. CD-ROM.

SPÍNOLA, Vera. **Industria de calçados: características, evolução recente e perspectiva para o segmento baiano.** Revista Desenbahia nº 8 / mar. 2008.

TAYLOR, Peter J. **“As Raízes geográficas do desafio da sustentabilidade e uma alternativa política pós-moderna.”** A Geografia Política do Desenvolvimento Sustentável. Editado por B. Becker e M. Miranda. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.

THOMAS, Tom. **A ecologia do absurdo.** Lisboa: Dinossauro, 1994.

TIETENBERG, Tom. **Environmental and Natural Resource Economics.** Massachusetts: Addison-Wesley Longman, 2000.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI.** Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

VIEIRA, Elias Antônio. **Práticas tradicionais e de eficiência da indústria de calçados no Brasil.** Tempo - Técnica – Território. V.2. Nº1 .2011.

VIEIRA, Roberto Fonseca. **A iniciativa privada no contexto social: exercício de cidadania e Responsabilidade Social.** In: RP em Revista. Salvador: nº 22, Maio, 2007.

VIEIRA, Susana Camargo. **“A construção do conceito de desenvolvimento sustentável.”** Editado por Denise Pini Rosalem da Fonseca e Josafá Carlos da Siqueira. Meio Ambiente, Cultura e Desenvolvimento. Rio de Janeiro: Sete Letras/Historia y Vida, 2002.

VILELLA, Josely Nunes: **responsabilidade social e ambiental como nova competência da gestão de rh,**2010.

VIOLA, Eduardo. **Globalização, democracia e sustentabilidade: as novas forças sociopolíticas transnacionais.** In BECKER, Bertha K. e MIRANDA, Mariana. A Geografia política do desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

WAGNER III J.A, HOLLENBECK, **Comportamento Organizacional: criando vantagem competitiva,** Editora Saraiva – 2004

WALDMAN, Maurício: **CRISE AMBIENTAL: Ponderando a Respeito de um Dilema da Modernidade,** 2011.

WORD WILDLIFE FUND (WWF). **“Planeta Vivo”de 2010.** Disponível em WWW.wwf.org.br: Acesso em: 01 jul set. 2018.

WWF. **Relatório planeta vivo 2008.** Disponível em: <https://www.wwf.org.br/informacoes/biblioteca/?25500/Relatorio-Planeta-Vivo-2008>. Acesso em: 03 março de 2018.

YOUNG, C.E.F. **Potencial da economia verde no Brasil.** Política Ambiental. Economia verde: desafios e oportunidades. Belo Horizonte: Conservação Internacional.

ZACARIAS, RACHEL DOS SANTOS: **A LÓGICA DESTRUTIVA DO CAPITAL, CRISE AMBIENTAL, mudanças climáticas: os movimentos sociais e a educação ambiental,** 2012.

ZACARIAS, Rachel: **o processo de acumulação capitalista, crise estrutural do capital e a destruição ambiental: uma visão crítica**, 2011.

ZACARIAS, Rachel; Pinto, Vicente Paulo dos Santos: **a disputa na sociedade civil sobre as determinações da crise ambiental**, 2010.

ZINGANO, Eduardo mariane: **o complexo calçadista brasileiro e as causas da queda do seu desempenho no período de 2003 a 2011**, 2012.

ANEXO 01: Questionário

Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha (CRAJUBAR)

Digníssimo empresário, a presente pesquisa tem por objetivo coletar informações sobre o setor de calçados, para elaboração de dissertação de Antonio Fagundes Gomes da Silva, do Mestrado em Recursos Naturais da UFCG.

Agradecemos antecipadamente a vossa colaboração.

Data: __ | __ | __

Nome da Empresa _____

Seguimento _____

Tamanho da empresa () micro () pequena () médio () grande

Endereço _____

Responsável pelas informações _____

I. IDENTIFIQUE AS PRINCIPAIS VANTAGENS QUE PODEM SER À LOCALIZAÇÃO DA EMPRESA NA REGIÃO

1) sem importância; 2) pouco importante; 3) importante; 4) muito importante

Externalidades	1	2	3	4
Infraestrutura disponível (física e de serviços)				
Disponibilidade de mão-de-obra				
Qualidade da mão-de-obra				
Custo da mão-de-obra				
Existência de programas governamentais				
Proximidade com universidades e centros de pesquisa				
Proximidade com os fornecedores de insumos				
Proximidade com os clientes/consumidores				
Outros; especificar:				

II. PARA AS MATÉRIAS-PRIMAS/INSUMOS CUJA PRINCIPAL ORIGEM É O LOCAL DO ARRANJO, IDENTIFIQUE AS VANTAGENS PARA A EMPRESA NESTE PROCEDIMENTO:

1) sem importância; 2) pouco importante; 3) importante; 4) muito importante

Rapidez na entrega				
Custos de transportes				
Assistência técnica oferecida				
Condições de financiamento				
Vantagens de preço				
Atributos de qualidade				
outras (especifique)				

III. IDENTIFIQUE AS PRINCIPAIS VANTAGENS QUE PODEM SER ASSOCIADAS A LOCALIZAÇÃO DA EMPRESA NA REGIÃO

1) sem importância; 2) pouco importante; 3) importante; 4) muito importante

Externalidades	1	2	3	4
Infra-estrutura disponível (física e de serviços)				
Disponibilidade de mão-de-obra				
Qualidade da mão-de-obra				
Custo da mão-de-obra				
Existência de programas governamentais				
Proximidade com universidades e centros de pesquisa				
Proximidade com os fornecedores de insumos				
Proximidade com os clientes/consumidores				
Outros; especificar:				

IV. DA QUALIDADE AMBIENTAL (RESPONDER DE ACORDO COM A ESCALA DE CLASSIFICAÇÃO)

Onde: 1 (nunca); 2 (quase nunca); 3 (às vezes); 4 (quase sempre); 5 (sempre)

Questões	1	2	3	4	5
1. Implementação de programas/ações internas de melhoramento e proteção do meio ambiente					
2. Participação de eventos/congressos que tratem do tema ambiental					
3. Ações de parceria e cooperação com outros produtores para melhoria ambiental					
4. A questão ambiental está presente no planejamento estratégico da empresa?					
5. Implementação de programas/ações internas de melhoramento e proteção do meio ambiente.					
6. Participação de eventos/congressos que tratem do tema ambiental					
7. Ao desenvolver um novo negócio a empresa leva em conta os danos ambientais que o mesmo pode causar					
8. Política explícita de não utilização de materiais e insumos provenientes de exploração ilegal de recursos naturais (como madeira, animais, etc.).					
9. Processos para mapeamento e melhoria da qualidade ambiental, como estudos de solo, jazidas, reflorestamento etc.					
10. Apoio a pesquisas para o desenvolvimento de tecnologias menos danosas ao meio ambiente					
11. Estabelecimento de metas relativas à utilização de matérias-primas e destinação de resíduos					
12. Existência de política ambiental					
13. Elaboração de indicadores internos de avaliação do desempenho ambiental					
14. Dada a existência de política ambiental, a mesma é de conhecimento de todos os empregados					
15. Participação em programas de certificação					
16. Participação em algum programa externo de avaliação de conduta ambiental					

**V. INDICADORES DE EDUCAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO AMBIENTAL
(RESPONDER DE ACORDO COM A ESCALA DE CLASSIFICAÇÃO)**

Onde: 1 (nunca); 2 (quase nunca); 3 (às vezes); 4 (quase sempre); 5 (sempre)

Questões	1	2	3	4	5
1. Ações voltadas para a proteção ou qualidade do meio ambiente					
2. Campanhas de conscientização e educação ambientais dirigidas a familiares de empregados					
3. Campanhas de conscientização e educação ambientais dirigidas a fornecedores					
4. Campanhas de conscientização e educação ambientais dirigidas a consumidores					
5. Campanhas de conscientização e educação ambientais dirigidas a comunidades					
6. Campanhas (apoia ou participa) de projetos educacionais em parceria com Organizações não governamentais e ambientalistas					
7. Campanhas educativas regulares com seus empregados de incentivos sobre temas ambientais					
8. Campanhas periódicas internas junto a seus funcionários para incentivar a reciclagens					
9. Campanhas periódicas internas de redução do consumo de água e de energia					
10. Campanhas periódicas internas de educação para o consumo consciente					

VI. GERENCIAMENTO DOS IMPACTOS SOBRE O MEIO AMBIENTE

Onde: 1 (nunca); 2 (quase nunca); 3 (às vezes); 4 (quase sempre); 5 (sempre)

Questões	1	2	3	4	5
1. Avaliação dos impactos de suas atividades e de seus produtos ou serviços sobre o meio ambiente					
2. Substituição de equipamentos e atualizações tecnológicas visando a diminuição de seus impactos ambientais					
3. Manutenções periódicas de equipamentos visando a diminuição de seus impactos ambientais					
4. Cumprimento das exigências legais no que tange às normas ambientais					
5. Atuação para correção de danos ambientais					

6. Informações aos consumidores e clientes sobre danos ambientais Resultantes do uso e da destinação final dos seus produtos					
7. Discussão e apresentação com empregados dos impactos ambientais causados por seus produtos ou serviços					
8. Discussão e apresentação com consumidores e clientes dos impactos ambientais causados por seus produtos ou serviços					
9. Discussão e apresentação com comunidades dos impactos ambientais causados por seus produtos ou serviços					
10. Uso sustentável da biodiversidade e restauração dos habitat naturais					
11. Adoção de medidas de reciclagem e reuso de perdas e peças defeituosas					
12. Compras de fornecedores que comprovadamente tenham boa conduta ambiental					

VII. MINIMIZAÇÃO DE ENTRADAS E SAÍDAS

Onde: 1 (nunca); 2 (quase nunca); 3 (às vezes); 4 (quase sempre); 5 (sempre)

Questões	1	2	3	4	5
1. Utilização de fontes alternativas de energia e de matérias-primas nocivas ao meio					
2. Economia de gastos com energia elétrica					
3. Uso racional de água					
4. Medição e monitoramento periódico dos aspectos ambientais significativos relacionados ao consumo de recursos naturais e à produção de resíduos estabelecendo periodicamente novas metas					
5. Medidas para a redução da produção de resíduos					
6. Utilização de produtos advindos de atividades que não prejudiquem o meio ambiente					
7. Destinação de resíduos (sólidos, líquidos, orgânicos etc.) de forma a não agredir o meio ambiente					
8. Submissão de produtos acabados a ensaios mecânicos para controle da qualidade					

VIII. COMPROMISSO COM A MELHORIA DO AMBIENTE DE TRABALHO

Onde: 1 (nunca); 2 (quase nunca); 3 (às vezes); 4 (quase sempre); 5 (sempre)

Questões	1	2	3	4	5
1. Recebimento e manuseio adequado de materiais					
2. Acondicionamento adequado de insumos					

3. Cuidados com a saúde, segurança e condições de trabalho					
4. Compromisso com o desenvolvimento profissional e a empregabilidade					
5. Política de remuneração, benefícios e carreira					
6. Diálogo e gestão participativa					
7. Cumprimento de exigências legais relativas ao trabalho					
8. Ações para inibir o uso do trabalho infantil, inclusive em associação com outras organizações					
9. Atração e retenção de mão de obra especializada					
10. Formas de cooperação ou parcerias entre produtores/destes com centros de capacitação profissional, assistência técnica e instituto de ensino e pesquisa.					

IX. COMPROMISSO COM A RESPONSABILIDADE SOCIAL

Onde: 1 (nunca); 2 (quase nunca); 3 (às vezes); 4 (quase sempre); 5 (sempre)

Questões	1	2	3	4	5
1. Participação em projetos sociais governamentais					
2. Envolvimento e financiamento de ações sociais – trabalhadores					
3. Envolvimento e financiamento de ações sociais – comunidades					
4. Ações práticas relativas a lazer, cultura e educação física					
5. Ações voltadas para a formação da cidadania					
6. Gerenciamento do impacto da empresa na comunidade de					
7. Relações com organizações locais					
8. Fornecedores observam requisitos socioambientais					
9. Critérios de seleção e avaliação de Fornecedores					
10. Estratégia de governança e transparência de sua gestão socioambiental					
11. Compromisso com a não discriminação e promoção da equidade racial e de gênero					
12. Preocupação mais estrutural com o desenvolvimento local orienta ações relativas à estrutura produtiva e à gestão empresarial de forma geral					